

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ORGANIZAÇÃO

ICA 19-5

**ADMINISTRAÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS
RESIDENCIAIS DA AERONÁUTICA**

2003

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL**



ORGANIZAÇÃO

ICA 19-5

**ADMINISTRAÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS
RESIDENCIAIS DA AERONÁUTICA**

2003



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 815/GC6, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010.

Aprova a 6ª modificação da ICA 19-5
“Administração de Próprios Nacionais
Residenciais da Aeronáutica”. (*)

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no Inciso XIV do Art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar a 6ª modificação da ICA 19-5 “Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 82, de 30 de abril de 2003, Seção 1, página 19, e no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 84, de 7 de maio de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO
Comandante da Aeronáutica

(*) Republicado por haver saído com incorreção na folha nº 9293, do BCA nº 216, de 23 NOV 2010.

(Publicada no BCA nº 229, de 10 de dezembro de 2010)

Organização

ADMINISTRAÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS DA AERONÁUTICA

A ICA 19-5, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003, é assim modificada:

1 SUBSTITUIÇÃO DE PÁGINAS:

RETIRE	ANO	COLOQUE	ANO
Pág 14	2010	Pág 14	2010
Pág 18	2010	Pág 18	2010
Pág 22	2010	Pág 22	2010

2 CORREÇÃO

PÁGINA	ITEM	ALÍNEA
Pág 14	3.1.1 (alteração)	-
Pág 14	3.1.1 (alteração)	b (alteração)
Pág 18	4.1.1 (alteração)	-
Pág 18	4.3.1 (alteração)	-
Pág 22	4.11 (alteração)	-
Pág 22	4.11 (alteração)	c (alteração)

3 ARQUIVO

Depois de efetuar as substituições, archive esta folha após a página de rosto da publicação original.

4 APROVAÇÃO

Portaria nº 815/GC6, de 23 de novembro de 2010.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 416/GC6, DE 29 DE ABRIL DE 2003.

**Aprova a reedição da Instrução que disciplina a
Administração de Próprios Nacionais
Residenciais da Aeronáutica.**

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VI, do art. 30, da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, aprovada pelo Decreto nº 3.466, de 17 de maio de 2000, e considerando o que consta do Processo nº 04-01/0058/02, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 19-5 “Instrução para Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as Portarias nº 618/GC6, de 2 de outubro de 2000, e nº 130/GC6, de 1º de março de 2001, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União nº 191-E, de 3 outubro de 2000, Seção 1, página 4, e nº 44, de 5 de março de 2001, Seção 1, página 2.

LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO
Comandante da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 84, de 7 de maio de 2003)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 <u>FINALIDADE</u>	9
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u>	9
1.3 <u>ÂMBITO</u>	12
2 DESTINAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO	13
2.1 <u>DESTINAÇÃO</u>	13
2.2 <u>CLASSIFICAÇÃO</u>	13
2.3 <u>COMPETÊNCIA PARA CLASSIFICAÇÃO</u>	13
3 CONDIÇÕES DE USO DE PNR	14
3.1 <u>CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO</u>	14
3.2 <u>SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO</u>	14
3.3 <u>VALORES DA TAXA DE USO E DA INDENIZAÇÃO</u>	15
4 INSCRIÇÃO	18
4.1 <u>CRITÉRIOS</u>	18
4.2 <u>PROCEDIMENTO</u>	18
4.3 <u>PRIORIDADES</u>	18
4.4 <u>PROMOVIDOS OU NOMEADOS</u>	19
4.5 <u>CÍRCULOS DIFERENTES</u>	21
4.6 <u>MÚLTIPLA INSCRIÇÃO</u>	21
4.7 <u>RELAÇÕES DOS INCRITOS</u>	21
4.8 <u>OPÇÃO PELO TIPO DE IMÓVEL</u>	21
4.9 <u>DEPENDENTES</u>	21
4.10 <u>DEVOLUÇÃO COMPULSÓRIA</u>	22
4.11 <u>CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO</u>	22
4.12 <u>PERMUTA ENTRE CANDIDATOS</u>	22
4.13 <u>PUBLICAÇÃO</u>	22
5 DISTRIBUIÇÃO E OCUPAÇÃO	23
5.1 <u>DISPONIBILIDADE</u>	23
5.2 <u>DISTRIBUIÇÃO</u>	23
5.3 <u>ADEQUAÇÃO</u>	23
5.4 <u>NOTIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO</u>	23
5.5 <u>OCUPAÇÃO</u>	23
5.6 <u>VISTORIA</u>	24
5.7 <u>PUBLICAÇÃO</u>	24
5.8 <u>DESCONTOS</u>	24
5.9 <u>OFICIAIS-ALUNOS</u>	24
5.10 <u>PERMUTA DE PNR</u>	24
5.11 <u>MUDANÇA DE PNR</u>	24
5.12 <u>PERMISSÃO DE USO EM CARÁTER EXCEPCIONAL E PRECÁRIO</u>	25
5.13 <u>PERÍODO DE MUDANÇA OU DE OCUPAÇÃO EXCEPCIONAL</u>	25
6 DIREITOS E DEVERES DO PERMISSIONÁRIO	26
6.1 <u>DIREITOS</u>	26
6.2 <u>DEVERES</u>	26
6.3 <u>PROIBIÇÕES</u>	30

7 RESCISÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO E DESOCUPAÇÃO DE PNR	31
7.1 RESCISÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO	31
7.2 COMUNICAÇÃO DE RESCISÃO	32
7.3 DESOCUPAÇÃO DO PNR	33
7.4 DATAS DE REFERÊNCIA	33
7.5 VISTORIA	33
7.6 PUBLICAÇÃO DA DESOCUPAÇÃO	34
7.7 SUSPENSÃO DOS DESCONTOS	34
7.8 DEVOLUÇÃO	34
7.9 PRAZOS PARA DEVOLUÇÃO	34
7.10 PERMISSÃO DE USO A TÍTULO EXCEPCIONAL E PRECÁRIO	35
7.11 SEPARAÇÃO DE CASAL	35
7.12 PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS PARA DESOCUPAÇÃO	35
8 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE	36
9 MULTA POR OCUPAÇÃO IRREGULAR	37
10 INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	39
11 DESTINAÇÃO DA RECEITA DA MULTA, TAXA DE USO E DAS INDENIZAÇÃO	41
12 ADMINISTRAÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL E DE CONDOMÍNIOS	42
12.1 ADMINISTRAÇÃO DIRETA DE CONJUNTO HABITACIONAL	42
12.2 ADMINISTRAÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL CONSTITUÍDO EM ASSOCIAÇÃO DE PERMISSIONÁRIOS	43
12.3 ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS	45
13 PNR DE DESTACAMENTOS	46
13.1 DESTACAMENTOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AO VÔO	46
13.2 DESTACAMENTOS DE AERONÁUTICA	46
13.3 INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES	46
14 DISPOSIÇÕES GERAIS	47
15 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	49
16 DISPOSIÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	51
Anexo A Modelo de Solicitação de Inscrição	52
Anexo B Modelo de Termo de Verificação de Imóvel	53
Anexo C Modelo de Relação de Material Distribuído	56
Anexo D Modelo de Termo de Permissão de Uso	57
Anexo E Modelo de Solicitação de Serviço	58
Anexo F Modelo de Extrato de Termo de Permissão de Uso	59
Anexo G Modelo de Comunicado de Rescisão	60
Anexo H Modelo de Requerimento para Uso Excepcional e Precário	61
Anexo I Modelo de Permissão de Uso a Título Excepcional e Precário	62
Anexo J Modelo de Guia de Moradia	63

ICA 19-5/2003

Anexo L	Modelo de Notificação Extrajudicial de Débito	64
Anexo M	Modelo de Notificação Extrajudicial.....	65
Anexo N	Modelo de Guia de Recolhimento de Numerário.....	66
Anexo O	Modelo de Demonstrativo de Débito para Inscrição em Dívida Ativa da União	67
ÍNDICE		68

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade estabelecer critérios para classificação, destinação, inscrição, distribuição, concessão de permissão de uso, ocupação, conservação, manutenção, cobrança da taxa de uso ou de indenização, rescisão da permissão de uso, aplicação de multas por ocupação irregular, desocupação e reintegração de posse e definir responsabilidades sobre despesas referentes aos Próprios Nacionais Residenciais (PNR), administrados pelo Comando da Aeronáutica (COMAER).

1.2 CONCEITUAÇÃO

1.2.1 ADMINISTRAÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL

Conjunto de procedimentos e diligências a cargo dos permissionários, pensionistas e dependentes que residam em conjunto habitacional, visando a supervisão da utilização, da manutenção e da segurança das áreas, instalações e equipamentos de uso comum.

1.2.2 ADMINISTRADOR

Militar responsável pela administração de um ou mais conjuntos de PNR, não constituídos em associação de permissionários, designado pela Prefeitura, constituindo-se no elemento de ligação entre ela e os permissionários, no que diz respeito aos deveres que lhe são afetos. Sua designação se dá por período determinado, podendo ser renovado, desde que haja comum acordo entre as partes.

1.2.3 ÁREA DE USO COMUM

Parte ou dependência de um conjunto habitacional destinada ao uso coletivo dos moradores, compreendendo, também, os locais e dependências destinadas à instalação de equipamentos comuns, não-suscetíveis de utilização exclusiva por parte de permissionário.

1.2.4 ASSOCIAÇÃO DE PERMISSIONÁRIOS

Pessoa jurídica de direito privado, sem fim lucrativo, que tem por finalidade a administração das áreas comuns de um conjunto habitacional pertencente na sua totalidade à União, sob a supervisão da Prefeitura.

1.2.5 AVISO DE RECEBIMENTO (AR)

Documento utilizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), no qual o destinatário, ao receber determinada comunicação, apõe sua assinatura ou rubrica, servindo de comprovação do seu recebimento.

1.2.6 COMUNICADO DE RESCISÃO

Documento pelo qual a Prefeitura comunica formalmente ao permissionário a rescisão do Termo de Permissão de Uso (TPU), o motivo que a originou e a data-limite para desocupação do PNR.

1.2.7 CONJUNTO HABITACIONAL

Agrupamento de PNR situado em edifício (apartamentos) ou terreno (casas) e que disponha de áreas, instalações ou equipamentos destinados ao uso comum, administrado diretamente pela Prefeitura ou por intermédio de Associação de Permissionários.

1.2.8 CONDOMÍNIO HABITACIONAL

Agrupamento de unidades habitacionais autônomas que pertençam a mais de um proprietário, regido por legislação específica.

1.2.9 CONSELHO FISCAL

Órgão de fiscalização da gestão administrativa e financeira da Associação de Permissionários, composto de, no mínimo, três permissionários eleitos em assembléia geral ou designados pela autoridade à qual a Prefeitura estiver subordinada, juntamente e nas mesmas condições do Presidente e do Vice-Presidente, pelo período de um ano.

1.2.10 DESPESAS COMUNS

São todas as despesas relacionadas com um conjunto habitacional e que constituem responsabilidade coletiva de seus moradores.

1.2.11 DESPESAS INDIVIDUAIS DO PERMISSIONÁRIO

São todas as despesas relacionadas com a individualidade da utilização do PNR e que constituem responsabilidade isolada do permissionário.

1.2.12 GUIA DE MORADIA

Documento fornecido ao militar pela OM de origem e que contém os dados necessários à sua habilitação para ocupar PNR.

1.2.13 INDENIZAÇÃO

É o pagamento mensal devido pelo ocupante de PNR com permissão de uso a título excepcional e precário.

1.2.14 MULTA POR OCUPAÇÃO IRREGULAR

É o valor devido pela retenção do imóvel após a perda do direito à ocupação, conforme previsto na legislação pertinente.

1.2.15 NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Documento que tem por finalidade informar ao permissionário o prazo para desocupação do PNR, ou ao ocupante irregular o valor do débito referente à multa devida.

1.2.16 OCUPAÇÃO REGULAR DE PNR

Ocupação decorrente das diversas modalidades de permissão de uso, previstas nesta Instrução.

1.2.17 OCUPAÇÃO IRREGULAR DE PNR

Ocupação decorrente da permanência do permissionário, de seus dependentes, de pensionista ou de terceiros no PNR, após o vencimento do prazo de permissão de uso normal, ou a título excepcional e precário, estabelecido na notificação extrajudicial ou a partir da data do uso indevido do PNR.

1.2.18 ORGANIZAÇÃO MILITAR RESPONSÁVEL (OMR)

Organização Militar, do COMAER, responsável pela administração de PNR, em seu nível de atuação e área de jurisdição.

1.2.19 PERÍODO CONCESSIVO

Período de ocupação de PNR, conforme especificado nesta Instrução, no qual a administração concede Permissão de Uso a Título Excepcional e Precário.

1.2.20 PERMISSÃO DE USO

Instrumento pelo qual o COMAER permite o uso de PNR, por necessidade do serviço, ao militar da ativa, segundo as regras estabelecidas nesta Instrução; a permissão efetiva-se quando da outorga do TPU (Anexo D) ou da Permissão de Uso a Título Excepcional e Precário (Anexo I).

1.2.21 PERMISSÃO DE USO A TÍTULO EXCEPCIONAL E PRECÁRIO

Permissão de uso de PNR concedida pela autoridade à qual se encontra subordinada a Prefeitura, por prazo determinado, ao militar e ao servidor civil que deixarem de possuir as condições necessárias exigidas para ocupação de PNR.

1.2.22 PERMISSIONÁRIO

Responsável pelo PNR, em decorrência de sua ocupação regular.

1.2.23 PREFEITURA

Para fins desta Instrução, é a designação genérica de Prefeitura da Aeronáutica (PREFAER) ou de qualquer outra OMR com atribuições similares.

1.2.24 PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE PERMISSIONÁRIOS

Responsável pela administração da associação, constituindo-se em elemento de ligação entre os permissionários e a Prefeitura.

1.2.25 PRÓPRIO NACIONAL RESIDENCIAL (PNR)

Imóvel, de propriedade da União, destinado exclusivamente à residência temporária de militares no serviço ativo e no interesse do serviço.

1.2.26 TAXA DE USO

Pagamento mensal devido pelo ocupante regular de PNR.

1.2.27 TERMO DE PERMISSÃO DE USO (TPU)

Documento por meio do qual é outorgada a permissão de uso de PNR.

1.3 ÂMBITO

A presente Instrução aplica-se a todas as OMR e a todos os ocupantes de PNR administrados pelo COMAER.

2 DESTINAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

2.1 DESTINAÇÃO

Os PNR administrados pelo COMAER destinam-se exclusivamente à moradia temporária do militar da ativa, acompanhado dos respectivos dependentes legais que residam sob o mesmo teto, no interesse do serviço, em razão das características de movimentação inerentes à atividade militar, conforme estabelecido na legislação pertinente.

2.2 CLASSIFICAÇÃO

Os PNR são classificados segundo a natureza e categoria.

2.2.1 QUANTO À NATUREZA:

- a) privativos,
 - destinados à ocupação por oficiais detentores de determinados cargos, ou enquadrados em situações especiais, enquanto permanecerem nos mesmos;
- b) não-privativos,
 - destinados à ocupação pelos demais militares da ativa, na forma do estabelecido no item 4.1 desta Instrução; e
- c) funcionais,
 - destinados à residência de autoridades em decorrência do posto, cargo ou função de representação, com normas de administração regidas por legislação específica.

2.2.2 QUANTO À CATEGORIA:

- a) para oficiais-generais;
- b) para oficiais superiores;
- c) para oficiais intermediários e subalternos. Os aspirantes-a-oficial, quando autorizados pela autoridade à qual a Prefeitura estiver subordinada, enquadrar-se-ão nesta categoria;
- d) para suboficiais e sargentos; e
- e) para cabos e taifeiros.

2.3 COMPETÊNCIA PARA CLASSIFICAÇÃO

A classificação dos PNR é da competência da autoridade à qual a Prefeitura estiver subordinada.

3 CONDIÇÕES DE USO DE PNR

3.1 CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

3.1.1 PARA TODOS OS MILITARES:

- a) encontrar-se em serviço ativo;
- b) ter sido designado para servir ou pertencer ao efetivo de OM localizada na área de jurisdição da Prefeitura em que deseja concorrer à ocupação de PNR ou ter sido colocado à disposição para prestar serviço na Presidência da República, na Vice-Presidência da República ou no Ministério da Defesa (NR) – Portaria Nº 815/GC6, de 23 de novembro de 2010;
- c) possuir dependentes declarados na guia de moradia e que vivam sob o mesmo teto;
- d) não estar ocupando PNR sob a responsabilidade de outra Prefeitura ou de qualquer outro órgão público;
- e) não estar matriculado em curso ou estágio de formação, de adaptação ou preparatório da Aeronáutica; e
- f) não ser prestador do serviço militar inicial.

3.1.2 PARA OS OFICIAIS:

- a) pertencer a um dos quadros de carreira ou ao Quadro Feminino de Oficiais (QFO); e
- b) em caráter excepcional e precário, quando pertencer ao Quadro de Oficiais Temporários, desde que atendida a condição definida na alínea “a” do item 5.12 desta Instrução.

3.1.3 PARA OS SUBOFICIAIS E OS SARGENTOS

Pertencer ao Quadro de Suboficiais e Sargentos (QSS), ao Quadro Feminino de Graduados (QFG), Quadro de Taifeiros (QTA) ou Quadro Especial de Sargentos (QESA).

3.1.4 PARA OS CABOS, OS TAIFEIROS-MOR E OS TAIFEIROS-DE-PRIMEIRACLASSE

Ter adquirido estabilidade.

3.1.5 O militar designado para servir em órgão da administração direta, estranho ao COMAER, para o exercício de cargo de natureza militar, caso não lhe seja facultada a ocupação de imóvel funcional administrado por esse órgão, concorrerá ao uso de PNR nas mesmas condições previstas para os demais militares.

3.2 SITUAÇÕES DE OCUPAÇÃO

O PNR ocupado em razão da validade do TPU poderá ser enquadrado em uma das seguintes situações:

- a) regular: o TPU está com validade vigente;
- b) a título excepcional e precário: o TPU é a título excepcional e precário; e

- c) irregular: o TPU normal ou a título excepcional e precário está vencido ou o militar deixa de atender a destinação exclusiva de ocupação residencial do PNR para si, acompanhado, necessariamente, de seus dependentes legais registrados na guia de moradia.

3.3 VALORES DA TAXA DE USO E DA INDENIZAÇÃO

3.3.1 Para os PNR que não façam parte de conjuntos habitacionais organizados sob forma de condomínio ou associação de permissionários, a taxa de uso e a indenização corresponderão aos seguintes valores (NR) – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009:

- a) oficial-general: 7,5% do soldo do respectivo posto (NR) – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009;
- b) oficial superior, intermediário e subalterno: 6,5% do soldo do respectivo posto (NR) – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009;
- c) praça: 5,5% do soldo da respectiva graduação (NR) – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009;
- d) militar excluído do serviço ativo por demissão, perda de posto ou patente, licenciamento, anulação de incorporação, desincorporação a bem da disciplina ou deserção - equivalente à taxa de uso paga quando da exclusão do serviço ativo (NR) – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009.
- e) pensionista de militar - igual à taxa de uso paga pelo militar quando de seu falecimento ou ingresso em situação legal equivalente (NR) – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009.
- f) servidor civil ou pensionista de servidor civil – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009:
 - Consultor Jurídico-Adjunto do COMAER: 7,5% do vencimento básico, não podendo, entretanto, ser inferior a um milésimo do valor do imóvel, de acordo com a legislação em vigor;
 - Direção e Assessoramento Superior (DAS-100); Nível Superior (Classes C e Especial); Professor de Ensino Superior (Titular e Associado); Professor de Ensino de 1º e 2º graus (Classes E e Especial); Ciência e Tecnologia (Titular e Sênior) e Advogado da União (Categoria Especial e 1ª Categoria): 6,5% do vencimento básico do cargo respectivo, não podendo, entretanto, ser inferior a um milésimo do valor do imóvel, de acordo com a legislação em vigor;
 - Nível Superior (Classes A e B); Professor de Ensino Superior (Adjunto, Assistente e Auxiliar); Professor de Ensino de 1º e 2º Graus (Classes A, B, C e D); Ciência e Tecnologia (Pleno 3, 2 e 1, Adjunto, Assistente e Júnior) e Advogado da União (2ª Categoria): 6,5% do vencimento básico do cargo respectivo, não podendo, entretanto, ser inferior a um milésimo do valor do imóvel, de acordo com a legislação em vigor;
 - Nível Intermediário (Classes C e Especial) e Ciência e Tecnologia (Técnico 3 e Assistente 3): 5,5% do vencimento básico do cargo respectivo, não podendo, entretanto, ser inferior a um milésimo do valor do imóvel, de acordo com a legislação em vigor;

- Nível Intermediário (Classes A e B) e Ciência e Tecnologia (Técnico 1 e 2 e Assistente 1 e 2): 5,5% do vencimento básico do cargo respectivo, não podendo, entretanto, ser inferior a um milésimo do valor do imóvel, de acordo com a legislação em vigor; e
- Cargos de Nível Auxiliar: 5,5% do vencimento básico, não podendo, entretanto, ser inferior a um milésimo do valor do imóvel, de acordo com a legislação em vigor.

3.3.2 Para os PNR que façam parte de conjuntos habitacionais organizados sob forma de condomínio ou associação de permissionários, a taxa de uso e a indenização corresponderão aos seguintes valores (NR) – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009:

- a) oficial-general: 6% do soldo do respectivo posto (NR) – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009;
- b) oficial superior, intermediário e subalterno: 5,2% do soldo do respectivo posto (NR) – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009;
- c) praças: 4,4% do soldo da respectiva graduação (NR) – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009;
- d) militar excluído do serviço ativo por demissão, perda de posto ou patente, licenciamento, anulação de incorporação, desincorporação a bem da disciplina ou deserção - equivalente à taxa de uso paga quando da exclusão do serviço ativo – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009.
- e) pensionista de militar - igual à taxa de uso paga pelo militar quando de seu falecimento ou ingresso em situação legal equivalente – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009.
- f) servidor civil ou pensionista de servidor civil – Portaria Nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009:
 - Consultor Jurídico-Adjunto do COMAER: 6% do vencimento básico, não podendo, entretanto, ser inferior a um milésimo do valor do imóvel, de acordo com a legislação em vigor;
 - Direção e Assessoramento Superior (DAS-100); Nível Superior (Classes C e Especial); Professor de Ensino Superior (Titular e Associado); Professor de Ensino de 1º e 2º graus (Classes E e Especial); Ciência e Tecnologia (Titular e Sênior) e Advogado da União (Categoria Especial e 1ª Categoria): 5,2% do vencimento básico do cargo respectivo, não podendo, entretanto, ser inferior a um milésimo do valor do imóvel, de acordo com a legislação em vigor;
 - Nível Superior (Classes A e B); Professor de Ensino Superior (Adjunto, Assistente e Auxiliar); Professor de Ensino de 1º e 2º Graus (Classes A, B, C e D); Ciência e Tecnologia (Pleno 3, 2 e 1, Adjunto, Assistente e Júnior) e Advogado da União (2ª Categoria): 5,2% do vencimento básico do cargo respectivo, não podendo, entretanto, ser inferior a um milésimo do valor do imóvel, de acordo com a legislação em vigor;
 - Nível Intermediário (Classes C e Especial) e Ciência e Tecnologia (Técnico 3 e Assistente 3): 4,4% do vencimento básico do cargo

respectivo, não podendo, entretanto, ser inferior a um milésimo do valor do imóvel, de acordo com a legislação em vigor;

- Nível Intermediário (Classes A e B) e Ciência e Tecnologia (Técnico 1 e 2 e Assistente 1 e 2): 4,4% do vencimento básico do cargo respectivo, não podendo, entretanto, ser inferior a um milésimo do valor do imóvel, de acordo com a legislação em vigor; e
- Cargos de Nível Auxiliar: 4,4% do vencimento básico, não podendo, entretanto, ser inferior a um milésimo do valor do imóvel, de acordo com a legislação em vigor.

3.3.3 Durante o prazo previsto no item 7.9.2 desta Instrução, o pensionista ficará isento da taxa de uso ou da indenização, conforme o caso – Portaria Nº 1.331/GC6, de 14 de novembro de 2005.

3.3.4 A cobrança da taxa de uso e da indenização será efetuada – Portaria Nº 1.331/GC6, de 14 de novembro de 2005:

- a) mediante desconto em folha de pagamento, nas situações previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e”, do item 3.3.1, desta Instrução e observando-se a legislação pertinente; ou
- b) mediante inscrição na Dívida Ativa da União, por solicitação da OMR ao Comando Aéreo Regional (COMAR) a que estiver jurisdicionada, em coordenação com a Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Aeronáutica (COJAER), nas situações previstas na letra “c” do item 3.3.1 desta Instrução.

3.3.5 No caso de militar designado para missão transitória no exterior que, por imposição do serviço, não possa levar consigo seus dependentes, e estes, devidamente autorizados, permaneçam ocupando o PNR, o desconto referente à taxa de uso será efetuado pela Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP), que a recolherá à respectiva Prefeitura – Portaria Nº 1.331/GC6, de 14 de novembro de 2005.

3.3.6 Em qualquer caso, a taxa de uso ou a indenização será de responsabilidade do permissionário ou do ex-permissionário, conforme o caso, ressalvadas as ordens emanadas do Poder Judiciário – Portaria Nº 1.331/GC6, de 14 de novembro de 2005.

4 INSCRIÇÃO

4.1 CRITÉRIOS

4.1.1 Obedecidas as condições de habilitação previstas nas letras “a”, “b”, “c”, “e” e “f” do item 3.1.1 e nos itens 3.1.2, 3.1.3, 3.1.4, 3.1.5 e 4.9 desta Instrução, as inscrições obedecerão aos seguintes critérios (NR) – Portaria Nº 815/GC6, de 23 de novembro de 2010:

- a) de ordem hierárquica; e
- b) de ordem cronológica.

4.1.2 Os oficiais-generais serão inscritos exclusivamente pelo critério de ordem hierárquica.

4.1.3 Atendidas as condições previstas nos itens 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.4 desta Instrução, o militar movimentado por interesse particular será inscrito apenas pelo critério de ordem cronológica.

4.1.4 Decorrido o prazo de um ano, o militar de que trata o item 4.1.3 adquirirá a habilitação para ser inscrito também pelo critério de ordem hierárquica.

4.2 PROCEDIMENTO

4.2.1 Para efeito de inclusão e permanência na lista de inscritos, o militar deverá manifestar sua intenção de ocupar PNR por intermédio da OM de origem, após a publicação da movimentação no seu boletim interno, e formalizá-la na Prefeitura até o trigésimo dia após a sua apresentação na OM de destino.

4.2.2 O militar que vier a manifestar desejo de ocupar PNR após o prazo de 30 dias de apresentação na OM de destino, estabelecido no item 4.2.1, receberá a prioridade de Militar Inscrito Sem Movimentação (3ª) e sua data de inscrição será considerada, para todos os efeitos, na data de apresentação na Prefeitura. O militar movimentado por interesse particular receberá a 4ª prioridade mesmo que não observe o prazo de 30 dias para inscrição (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

4.2.3 A inscrição do militar pelo critério de ordem cronológica será considerada a partir da data de publicação do ato de sua movimentação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), observando-se as prioridades previstas no item 4.3 desta Instrução.

4.2.4 Ocorrendo retificação do ato de movimentação, a inscrição do militar continuará a ser considerada a partir da data de publicação do ato da primeira movimentação.

4.2.5 O militar designado Comandante, Chefe ou Diretor de OM terá sua inscrição considerada, para efeito de ordem cronológica, a data de publicação de sua designação no BCA (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

4.3 PRIORIDADES

4.3.1 Atendidas as condições de habilitação previstas no item 3.1, exceto a da alínea “d” do subitem 3.1.1, e atendido, ainda, o disposto no item 4.9 desta Instrução, as inscrições na ordem cronológica obedecerão as seguintes prioridades: (NR) – Portaria Nº 815/GC6, de 23 de novembro de 2010.

a) (1ª) Comandantes, Chefes e Diretores:

- oficial designado Comandante, Chefe ou Diretor de OM, mesmo sem autonomia administrativa, por intermédio de decreto, portaria do Comandante da Aeronáutica ou portaria dos Comandantes, Chefes ou Diretores dos ODGSA, por delegação do CMTAER, nas localidades que não disponham de PNR privativos para os respectivos cargos (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

b) (2ª) Militar Movimentado a Serviço:

- militar movimentado por necessidade do serviço, com mudança de sede (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

c) (3ª) Militar Inscrito sem Movimentação:

- militar inscrito por ter adquirido as condições de habilitação sem haver sido movimentado (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

d) (4ª) Militar Movimentado por Interesse Particular:

- militar movimentado por interesse particular, com mudança de sede, mesmo que manifeste o desejo de ocupar PNR após o prazo estabelecido no item 4.2.1 (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

4.3.2 O militar exonerado de cargo de Comando, Chefia ou Direção, previsto na alínea “a” do item 4.3.1, e que seja classificado na mesma localidade receberá a prioridade de Militar Movimentado a Serviço (2ª). A inscrição passa a ser considerada, para efeito de ordem cronológica, na data de publicação de sua exoneração no BCA (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

4.3.3 O instrutor ou oficial-aluno, ocupante de PNR de uso privativo da Universidade da Força Aérea que seja classificado em OM localizada na cidade do Rio de Janeiro e perder o direito de uso do PNR da UNIFA, receberá a prioridade de Militar Movimentado a Serviço (2ª), para fins de nova inscrição. A inscrição passa a ser considerada, para efeito de ordem cronológica, na data de publicação de sua transferência no BCA (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

4.3.4 Ao militar inscrito sem ter sido movimentado é assegurado o acesso à prioridade de Militar Movimentado a Serviço (2ª), após 180 dias de sua inscrição. A inscrição passará a ser considerada, para efeito de ordem cronológica, na data em que adquiriu o direito de ascender de prioridade (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

4.3.5 Ao militar inscrito por ter sido movimentado por interesse particular é assegurado o acesso à prioridade de Militar Inscrito sem Movimentação (3ª), após um ano de sua inscrição. A inscrição passará a ser considerada, para efeito de ordem cronológica e nova ascensão de prioridade, na data em que adquiriu o direito de ascender de prioridade (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

4.4 PROMOVIDOS OU NOMEADOS (NR) – Portaria Nº 704/GC6, de 21 de outubro de 2010.

4.4.1 O militar, inscrito ou o permissionário, elegível a outra categoria de imóvel em decorrência de promoção ou nomeação, será incluído, ou reposicionado, para efeito de nova inscrição, pelos critérios de ordem hierárquica e cronológica, com a mesma prioridade

atribuída a Militar Movimentado a Serviço (2º). Para efeito desta nova inscrição a data a ser considerada será a da promoção ou da nomeação. (NR) – Portaria Nº 704/GC6, de 21 de outubro de 2010.

4.4.2 O permissionário elegível a outra categoria de imóvel em decorrência de promoção ou nomeação permanecerá no uso do PNR que estiver ocupando até a concessão de outro PNR. (NR) – Portaria Nº 704/GC6, de 21 de outubro de 2010.

4.4.3 Havendo disponibilidade de imóvel em condições de ocupação, o permissionário, elegível a outra categoria de PNR em decorrência de promoção ou nomeação, deverá ocupá-lo compulsoriamente, em até 30 (trinta) dias, a contar da distribuição do outro imóvel pela Prefeitura de Aeronáutica, admitindo-se a seguinte situação particular: (NR) – Portaria Nº 704/GC6, de 21 de outubro de 2010.

a) exclusivamente no caso em que não houver demanda de inscritos para a categoria de PNR que ainda estiver ocupando, porém com disponibilidade de PNR e demanda de inscritos na nova categoria, será dada ao permissionário promovido ou nomeado, através de consulta formal por parte da Prefeitura de Aeronáutica, a opção de manter-se no imóvel que estiver ocupando. Neste caso, se o permissionário optar em permanecer no PNR que estiver ocupando, manterá a sua inscrição na nova categoria, face a futuras demandas. (NR) – Portaria Nº 704/GC6, de 21 de outubro de 2010.

4.4.3.1 Deixarão de ser compulsados e não haverá mudança de PNR, mesmo em face de alteração de categoria de imóvel a que fazem jus, os permissionários promovidos ou nomeados (item 4.4.1) nas seguintes situações que impliquem em mudança de sede: (NR) – Portaria Nº 704/GC6, de 21 de outubro de 2010.

a) designados para Comando, Chefia e Direção de OM ou para missão permanente ou transitória no exterior; (NR) – Portaria Nº 704/GC6, de 21 de outubro de 2010.

b) matriculados em curso de interesse do COMAER, observado o item 5.9.3; e (NR) – Portaria Nº 704/GC6, de 21 de outubro de 2010.

c) transferidos para servir em outra localidade. (NR) – Portaria Nº 704/GC6, de 21 de outubro de 2010.

4.4.3.2 Excepcionalmente, a critério do Comandante da OM à qual a Prefeitura estiver subordinada, poderão deixar de ser compulsados à mudança de PNR os permissionários promovidos ou nomeados que manifestem, mediante requerimento, a intenção de formalizar o pedido de passagem para a inatividade no prazo máximo e improrrogável de até 06 (seis) meses, a contar da data da promoção ou da nomeação. Não ocorrendo o pedido de passagem para a inatividade no prazo deferido, este permissionário será compulsado à mudança de PNR.

4.4.4 O militar promovido que estiver inscrito em fila de espera, manterá a mesma prioridade que possuía antes da promoção. Manterá também a data de inscrição e a contagem do prazo para ascensão de prioridade (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

4.4.5 O militar inscrito, promovido à graduação de terceiro-sargento do QTA e do QESA, terá a data da promoção publicada no BCA considerada em sua nova inscrição, para efeito de ordem cronológica (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

4.5 CÍRCULOS DIFERENTES

4.5.1 A concessão de inscrição para militar que tenha cônjuge de outro círculo depende de aprovação da autoridade à qual a Prefeitura estiver subordinada.

4.5.2 Em caso de aprovação, a inscrição será feita apenas em nome do militar mais antigo.

4.6 MÚLTIPLA INSCRIÇÃO

É vedado ao militar inscrever-se, concomitantemente, em mais de uma Prefeitura ou órgão público de finalidade equivalente.

4.7 RELAÇÕES DOS INSCRITOS

As Prefeituras deverão manter atualizadas, em local de fácil consulta, as relações dos inscritos, por critérios.

4.8 OPÇÃO PELO TIPO DE IMÓVEL

4.8.1 Ao militar inscrito, candidato à concessão de uso de PNR, que recusar por três vezes consecutivas ou alternadas os imóveis que lhe forem oferecidos, sem que apresente justificativa comprovada e aceitável pela Prefeitura, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) no critério de ordem hierárquica, será excluído da fila de espera por um período de seis meses, a partir da data da última desistência; e
- b) no critério de ordem cronológica, será excluído de sua posição na fila de espera e será incluído ao seu final, com a data da última desistência, mantendo, contudo, a mesma prioridade prevista no item 4.3.1 desta Instrução.

4.8.2 Havendo a desistência, a distribuição continuará seguindo a mesma relação de inscrição, seja a de ordem hierárquica ou a de ordem cronológica. Quando esgotada uma, por desistência daqueles nela inscritos, passar-se-á, então, à outra relação.

4.9 DEPENDENTES

4.9.1 O candidato só poderá concorrer à concessão de PNR quando tiver um dos seguintes dependentes residindo sob o mesmo teto:

- a) cônjuge ou companheiro (a) com quem mantenha relação de união estável, obedecida a legislação pertinente;
- b) filho menor de vinte e um anos, ou menor de vinte e quatro anos, se comprovadamente estudante de curso regular reconhecido pelo Ministério da Educação, ou filho interdito ou inválido; e
- c) filha solteira, desde que não receba remuneração; ou
- d) pais interditos ou inválidos, ou, ainda, maiores de sessenta anos, que vivam sob sua exclusiva dependência econômica e sob o mesmo teto.

4.9.2 O candidato ou o permissionário fica obrigado a comunicar à Prefeitura a ocorrência de alteração na sua relação de dependentes, devendo apresentar cópia do boletim interno (Bol Int) da OM que a publicou.

4.9.3 O permissionário fica obrigado a comunicar à Prefeitura quando deixar de residir no PNR.

4.10 DEVOLUÇÃO COMPULSÓRIA

O permissionário compulsado a devolver PNR, por ter cometido infração prevista nesta Instrução, não terá direito a nova inscrição em Prefeitura da mesma localidade, pelo prazo de doze meses, a contar da data de devolução.

4.11 CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO

A inscrição será cancelada se o candidato:

- a) formular, por escrito, a sua desistência;
- b) for movimentado para outra localidade, antes de lhe ser distribuído PNR;
- c) perder qualquer das condições previstas no item 3.1 desta Instrução, exceto a da alínea “d” do subitem 3.1.1; (NR) – Portaria Nº 815/GC6, de 23 de novembro de 2010.
- d) for agregado, por ter sido afastado temporariamente do serviço ativo, ou por haver passado à disposição de qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou distrital, para exercer função de natureza civil;
- e) for agregado, por ter sido nomeado para qualquer cargo público civil temporário, inclusive na Administração Indireta;
- f) for agregado, segundo as situações previstas nos incisos III ou IV do art. 81 do Estatuto dos Militares;
- g) entrar em gozo de licença para tratar de interesse particular;
- h) vier a falecer;
- i) não entregar à Prefeitura a guia de moradia até trinta dias após a apresentação na OM de destino; ou
- j) recusar-se a ocupar, sem justificativa apropriada, o PNR oferecido pela Prefeitura.

4.12 PERMUTA ENTRE CANDIDATOS

Não será permitida a permuta entre candidatos à ocupação de PNR.

4.13 PUBLICAÇÃO

A Prefeitura encaminhará trimestralmente à autoridade à qual estiver subordinada as relações de inscritos para fins de publicação em Bol Int ou em BCA.

5 DISTRIBUIÇÃO E OCUPAÇÃO

5.1 DISPONIBILIDADE

Os PNR são considerados disponíveis para distribuição após:

- a) oficialmente recebidos e incorporados à Prefeitura, em se tratando de imóveis novos ou transferidos para a administração do COMAER;
- b) a devolução dos mesmos por parte do permissionário responsável pelo TPU, desde que estejam em condições de ocupação imediata, a critério da Prefeitura; e
- c) a Prefeitura ter providenciado para que o imóvel esteja em condições de habitabilidade (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

5.2 DISTRIBUIÇÃO

Observada a ordem dos candidatos nas diferentes relações, a distribuição dos PNR far-se-á obedecendo aos procedimentos a seguir:

- a) PNR privativos,
 - serão distribuídos somente aos titulares dos cargos correspondentes, quando aptos à inscrição e à ocupação de PNR, sendo-lhes vedado cedê-los a qualquer título ou pretexto;
- b) PNR não-privativos,
 - serão distribuídos pelos critérios de ordem hierárquica e de ordem cronológica, alternadamente, iniciando-se pelo critério de ordem hierárquica; e
- c) PNR funcional,
 - os critérios que regem os Próprios Nacionais Residenciais Funcionais (PNRF) são os estabelecidos em legislação específica.

5.3 ADEQUAÇÃO

Sempre que possível, o PNR a ser distribuído deverá corresponder à real necessidade do militar, levando-se em conta, prioritariamente, o número de dependentes legalmente qualificados.

5.4 NOTIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO

Para fins de distribuição, a Prefeitura notificará o candidato, devendo este se manifestar no prazo de três dias úteis a partir do recebimento da notificação. O não-atendimento sem justificativa será considerado como desistência definitiva do imóvel distribuído.

5.5 OCUPAÇÃO

A ocupação do PNR fica condicionada ao desligamento do militar da Unidade de origem, e à apresentação na Prefeitura da localidade de destino da respectiva Guia de Moradia (ANEXO 10). O militar deverá comprovar a quitação de débitos com a Prefeitura da

localidade de origem caso tenha ocupado PNR sob responsabilidade daquela (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.

5.6 VISTORIA

5.6.1 Antes da ocupação, será realizada vistoria no PNR por um representante da Prefeitura e, se possível, com a participação do candidato, quando será verificado seu estado de conservação e, se for o caso, dos bens móveis que o guarnecerem.

5.6.2 Após a vistoria, será lavrado o Termo de Verificação de Imóvel (Anexo B) e confeccionados a Relação de Material Distribuído (Anexo C) e o TPU (Anexo D).

5.6.3 O TPU conterà a aceitação do permissionário.

5.7 PUBLICAÇÃO

O TPU será obrigatoriamente publicado, em forma de extrato (Anexo F), em Bol Int da respectiva Prefeitura ou Unidade apoiadora.

5.8 DESCONTOS

A data de emissão do TPU determina a data de início dos descontos relativos à ocupação.

5.9 OFICIAIS-ALUNOS

5.9.1 Deverão ser destinados PNR para atendimento aos oficiais designados alunos dos cursos regulares de ascensão na carreira, realizados na UNIFA, com critérios de ocupação e desocupação estabelecidos pelo seu Comandante.

5.9.2 As Prefeituras de Aeronáutica do Galeão e dos Afonsos colocarão PNR à disposição da UNIFA, destinados aos seus alunos e instrutores, de acordo com orientação específica do Comandante do COMAR.

5.9.3 A devolução de PNR por permissionário designado para curso regular de carreira, com mudança de sede, deverá ser efetuada até trinta dias antes do seu início.

5.10 PERMUTA DE PNR

5.10.1 Não será permitida a permuta de PNR entre permissionários, a não ser quando autorizados pela autoridade à qual a Prefeitura estiver subordinada, obedecido ao que dispõe a presente Instrução.

5.10.2 As permutas só poderão ser solicitadas após um período mínimo de dois anos de ocupação no mesmo PNR, excluindo-se, neste caso, a situação de promoção, prevista no item 5.11.1, ou nas situações constantes no item 5.11.3 desta Instrução.

5.11 MUDANÇA DE PNR

5.11.1 Observado o disposto no item 4.4 desta Instrução, o permissionário compulsado a ocupar PNR de outra categoria, em decorrência de promoção ou nomeação, deverá fazê-lo no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da distribuição do outro imóvel pela Prefeitura de

Aeronáutica, sob pena de passar à situação de ocupante irregular. (NR) – Portaria Nº 704/GC6, de 21 de outubro de 2010.

5.11.2 O permissionário que tiver o número de dependentes aumentado, ou que apresentar situação justificada, poderá requerer a mudança de PNR à autoridade imediatamente superior à qual a Prefeitura estiver jurisdicionada, ficando as despesas de mudança a cargo do requerente, quando seu pleito puder ser atendido.

5.11.3 Nos casos de necessidade de manutenção do imóvel, ou outro motivo justificável e autorizado pela autoridade imediatamente superior à qual a Prefeitura estiver jurisdicionada, poderá o permissionário ser compulsado a mudar de PNR, arcando a administração, neste caso, com o ônus da mudança, de acordo com a legislação vigente.

5.12 PERMISSÃO DE USO EM CARÁTER EXCEPCIONAL E PRECÁRIO

5.12.1 Obedecidos os critérios citados a seguir, a autoridade à qual estiver subordinada a Prefeitura poderá autorizar a utilização de PNR, em caráter excepcional e precário, por militares que não preencherem as condições previstas nos itens 3.1.2 e 3.1.3 desta Instrução, quando:

- a) houver disponibilidade de PNR;
- b) não preterir direito dos militares que se enquadrarem no que dispõe o item 3.1 da presente Instrução;
- c) houver previsão de movimentação de militares que possa viabilizar a concessão;
- d) ocorrer a assinatura de termo de compromisso pelo militar beneficiado pela concessão em caráter excepcional e precário para desocupação do PNR, em até noventa dias, a partir da data de apresentação do comunicado de rescisão; e
- e) não houver previsão de movimentação de militares do QSS e do QFG para a localidade.

5.12.2 Os demais prazos para devolução, prescritos nesta Instrução, serão aplicados aos permissionários mencionados no item 5.12.1, caso venham a se enquadrar nas situações citadas no item 7.9 desta Instrução.

5.12.3 As solicitações e as autorizações para ocupações a Título Excepcional ou Precário deverão ser renovadas ao seu término, sendo que o período total dessas ocupações não podem ser superiores a três anos (NR) – Portaria Nº 1.331/GC6, de 14 de novembro de 2005.

5.12.3.1 Nos casos de pensionistas de militares este prazo só se inicia após a implantação do título de pensão (NR) – Portaria Nº 1.331/GC6, de 14 de novembro de 2005.

5.13 PERÍODO DE MUDANÇA OU DE OCUPAÇÃO EXCEPCIONAL

As situações previstas em 5.11.2 e 5.12 desta Instrução só poderão ocorrer, a cada ano, no período compreendido entre 1º de junho e 30 de outubro, salvo quando houver necessidade de promovê-las por parte da Prefeitura.

6 DIREITOS E DEVERES DO PERMISSIONÁRIO

6.1 DIREITOS

São direitos do permissionário:

- a) ocupar o PNR, obrigatoriamente, na companhia de seus dependentes legais relacionados na guia de moradia, quando estiver no serviço ativo e servindo na mesma localidade em que se candidatou para uso do PNR; e
- b) permanecer ocupando o PNR, durante o gozo de licença para tratamento de saúde ou de licença especial.

6.2 DEVERES

6.2.1 São deveres do permissionário:

- a) cumprir e fazer cumprir as prescrições legais e regulamentares referentes à permissão de uso;
- b) participar das vistorias do PNR previstas nos itens 5.6 e 7.5 desta Instrução, junto com o representante da Prefeitura;
- c) zelar pela conservação e pela segurança do PNR e dos bens móveis que o guarnecerem, mantendo-os em plenas condições de utilização, restituindo-os à Prefeitura no estado em que os tiver recebido (NR) - Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010;
- d) ressarcir ou providenciar a reparação dos danos e prejuízos causados direta ou indiretamente por si, por seus dependentes ou por seus empregados aos bens móveis e imóveis da União sob sua responsabilidade ou sob a responsabilidade de terceiros, bem como às áreas, dependências e instalações de natureza comum;
- e) comunicar de imediato à Prefeitura ou ao responsável pela administração do conjunto de PNR, conforme o caso, qualquer ocorrência que possa comprometer, prejudicar ou interferir no funcionamento, no uso legal ou na segurança do PNR ou do conjunto habitacional, desde que essa ocorrência não decorra de ação ou omissão sua no cumprimento de deveres, caso em que deverá providenciar, de pronto, os reparos correspondentes às suas despesas, conforme alínea “d” deste item;
- f) permitir o acesso e facilitar os trabalhos de inspeção, vistoria, manutenção, conservação, reparos e outros determinados pela Prefeitura no PNR que ocupa, ou nas áreas integradas ao mesmo;
- g) observar e fazer com que seus dependentes observem as normas éticas compatíveis, responsabilizando-se pelos atos praticados por eles mesmos em detrimento dos deveres previstos na presente Instrução;
- h) respeitar a privacidade, os direitos e a liberdade dos demais moradores do conjunto habitacional;
- i) guardar o silêncio no período compreendido entre 22 h e 6 h do dia seguinte;
- j) comunicar oficialmente à Prefeitura a data provável de desocupação do PNR que lhe foi cedido;

- k) desocupar o PNR e entregá-lo à Prefeitura, conforme prescrito nos itens 7.8 e 7.9 desta Instrução; e
- l) comunicar ao responsável pela administração do conjunto de PNR a ocupação ou a desocupação do PNR do qual é permissionário até o primeiro dia útil subsequente ao do evento considerado.

6.2.2 São despesas de responsabilidade do permissionário residente em conjunto habitacional, além da taxa de uso ou da indenização e de outras que lhe forem imputadas por danos causados aos bens da União, as correspondentes às:

- a) despesas de natureza comum referentes a,
 - limpeza das áreas comuns;
 - manutenção dos jardins dos blocos;
 - água e energia elétrica das áreas comuns;
 - segurança do conjunto habitacional;
 - zeladoria;
 - manutenção de portas e portões, incluindo fechaduras e confecção de chaves;
 - manutenção da instalação coletiva de gás;
 - manutenção de bombas d'água;
 - limpeza de caixa d'água e cisterna;
 - manutenção, em bom estado de funcionamento, das torneiras, registros e bóias da rede hidráulica;
 - limpeza dos esgotos, ralos, caixas de inspeção e de gordura da rede de águas servidas;
 - manutenção, em bom estado de funcionamento, dos interruptores, tomadas e luminárias das áreas coletivas;
 - substituição das lâmpadas queimadas das áreas coletivas;
 - seguro contra-incêndio;
 - manutenção das antenas;
 - conservação da pintura das áreas comuns, no estado em que forem transferidas às associações de permissionários ou condomínios, bem como das benfeitorias que forem incorporadas posteriormente, devidamente autorizadas pelas OMR;
 - coleta de lixo doméstico, quando for o caso;
 - contrato de manutenção de elevadores, excetuada a reposição de peças;
 - recarga de extintores de incêndio;
 - limpeza e manutenção de áreas de lazer e seus mobiliários, entendendo-se como tais as saunas, piscinas, quiosques, *playgrounds* e quadras;
 - despesas com combate a insetos e roedores; e

- outras taxas cobradas por órgãos estaduais e municipais, referentes ao conjunto habitacional.

b) despesas de natureza individual referentes a,

- manutenção do PNR nas mesmas condições em que foi recebido;
- limpeza dos esgotos, ralos, caixas de inspeção e de gordura da rede de águas servidas do PNR individual;
- manutenção em bom estado de funcionamento dos interruptores, tomadas e luminárias do PNR;
- manutenção dos jardins do PNR;
- despesas com água, quando mensuradas individualmente;
- despesas com energia elétrica do PNR;
- segurança do PNR;
- manutenção de portas e portões da garagem do PNR, incluindo confecção de chaves;
- manutenção da instalação de gás do PNR;
- manutenção de bomba d'água da cisterna e da caixa d'água do PNR;
- limpeza de caixa d'água e da cisterna do PNR;
- manutenção em bom estado de funcionamento das torneiras, registros e bóias da rede hidráulica do PNR;
- substituição das lâmpadas do PNR;
- conta telefônica;
- seguro contra-incêndio do PNR;
- manutenção e conservação de aparelhos telefônicos e de interfonia, de uso exclusivo do respectivo PNR;
- despesas com combate a insetos e roedores, referentes ao PNR;
- despesas com gás, exclusivamente do PNR; e
- outras taxas cobradas por órgãos municipais e estaduais, desde que exclusivamente do PNR.

6.2.3 Nos conjuntos habitacionais, são despesas de responsabilidade das Prefeituras e, no caso de condomínios, das Prefeituras e dos proprietários, as referentes a:

- a) reforma ou recuperação de telhado;
- b) revisão geral de elevadores e reposição de peças;
- c) revisão geral de motores dos elevadores e dos portões de garagem;
- d) troca de motores de elevadores e de portões de garagem;
- e) reforma ou substituição de elevadores e de portões de garagem;
- f) pintura externa do prédio;
- g) pintura externa de PNR individual tipo casa;

- h) reforma ou recuperação do prédio;
- i) reforma ou recuperação de PNR;
- j) reforma ou revisão de rede elétrica do PNR
- k) manutenção das partes estruturais do PNR;
- l) substituição de portas e janelas do PNR;
- m) instalação de porteiro eletrônico (condicionada à disponibilidade de recursos);
- n) troca de bomba d'água de cisterna;
- o) troca de tubos e canos das redes hidráulica e de esgoto; e
- p) revisão geral e troca de bomba d'água.

6.2.4 A decisão quanto à responsabilidade pelo pagamento de despesas não previstas nos itens 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3 desta Instrução caberá ao Comando a que estiver subordinada a Prefeitura.

6.2.5 O permissionário de PNR isolado, que não esteja em conjunto habitacional, pagará a taxa de uso ou a indenização e outra que lhe for imputada por dano causado ao imóvel da União e as previstas na alínea “b” do item 6.2.2 desta Instrução.

6.2.6 Os condomínios ou associações de permissionários ficarão responsáveis pela conservação e manutenção das áreas comuns dos conjuntos habitacionais, nos termos do item 6.2.2 desta Instrução.

6.2.7 A cobrança do rateio das despesas previstas na alínea “a” do item 6.2.2 desta Instrução deverá ser efetuada pelas respectivas Prefeituras, mediante desconto em folha de pagamento, e os recursos deverão ser repassados às associações de permissionários ou aos condomínios, quando formalmente constituídos.

6.2.8 O permissionário deverá devolver o imóvel no mesmo estado em que se encontrava quando da ocupação, acrescido das benfeitorias posteriormente incorporadas e formalmente autorizadas pela Prefeitura, devendo ser ressarcidos os danos causados pelo mau uso do imóvel, desconsiderado os desgastes normais do uso regular (NR) – Portaria Nº 47/GC6, de 15 de janeiro de 2004.

6.2.9 O desmembramento, em parcelas de natureza comum e individual, de contas, faturas ou cobranças, sem discriminação, será efetuado de acordo com critérios estabelecidos pela autoridade à que estiver subordinada a Prefeitura.

6.2.10 Todas as despesas e contribuições tratadas nesta Instrução, referentes à unidade habitacional desocupada, correrão à conta de recursos da Prefeitura correspondente.

6.2.11 Os valores referentes à indenização de danos de que trata o item 7.5 desta Instrução serão recolhidos à Gestão Fundo Aeronáutico, destinados integralmente para a Fonte AIR a cargo da respectiva Prefeitura.

6.2.12 As Prefeituras, em conjunto com as associações de permissionários ou condomínio formalmente constituídos, deverão elaborar um memorial descritivo de responsabilidades, o

qual conterà o arrolamento dos bens móveis e imóveis, assim como a delimitação das áreas comuns, de forma que haja clara definição de responsabilidades.

6.3 PROIBIÇÕES

É vedado ao permissionário:

- a) manter animais que possam comprometer a segurança e a tranquilidade de outras pessoas;
- b) guardar explosivo, combustível, corrosivo ou qualquer outro agente perigoso no PNR ou em qualquer área comum do conjunto habitacional;
- c) dar, total ou parcialmente, destinação diferente ao PNR e às suas áreas comuns; cedê-lo, locá-lo ou sublocá-lo, no todo ou em parte, ou utilizá-lo para reuniões ou manifestações coletivas de caráter político em geral, ou de cunho religioso ou social que causem incômodo à vizinhança, prejuízo às instalações do PNR ou descaracterizem sua exclusiva função residencial;
- d) executar obra, benfeitoria ou qualquer modificação das características ou instalações do PNR, sem prévia e formal autorização da Prefeitura; e
- e) utilizar ou operar equipamentos ou sistemas elétricos ou eletrônicos que produzam interferência ou efeito de qualquer natureza que venham a prejudicar ou alcançar a privacidade ou os direitos de terceiros.

7 RESCISÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO E DESOCUPAÇÃO DO PNR

7.1 RESCISÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO

7.1.1 O TPU será rescindido quando do término do prazo autorizado para ocupação ou quando da desocupação do PNR.

7.1.2 Quando houver desligamento de permissionário de PNR do efetivo de sua organização, o Comandante, Chefe ou Diretor de OM deverá, de imediato, comunicar à Prefeitura:

- a) a data do desligamento;
- b) o motivo do desligamento;
- c) a unidade pagadora de destino, quando for o caso;
- d) o número do CPF do permissionário; e
- e) o número do Código DPD (Matrícula SDPP).

7.1.2.1 A titularidade do TPU de um PNR poderá ser transferida de um militar para o seu cônjuge ou companheira (o) estável, caso este seja, também, militar da ativa da Aeronáutica, nas seguintes situações:

- a) por ocasião da exclusão do permissionário titular do serviço ativo; ou
- b) quando o referido permissionário for designado para a realização de curso de carreira, no país ou no exterior, que implique em mudança de sede, com desligamento de sua OM de origem.

7.1.2.2 A transferência de titularidade, nas situações previstas em 7.1.2.1, poderá ser requerida ao Prefeito de Aeronáutica:

- a) pelo permissionário titular, até a data do desligamento da sua Organização, pelos motivos de transferência para a reserva remunerada, reforma, demissão, licenciamento ou matrícula em curso; ou
- b) pelo cônjuge ou companheira (o) estável do permissionário titular, até trinta dias da ocorrência do desligamento da sua organização, pelos motivos de perda de posto ou patente, exclusão do serviço ativo a bem da disciplina, deserção, falecimento ou extravio.

7.1.2.3 Será vedada a transferência de titularidade citada em 7.1.2.1 desta Instrução, no caso de o permissionário e o seu cônjuge ou companheiro (a) estável:

- a) pertencerem a círculos hierárquicos distintos;
- b) pertencendo ao mesmo círculo hierárquico, o PNR ocupado for classificado como privativo ou funcional;
- c) a despeito de pertencerem ao mesmo círculo hierárquico, houver incompatibilidade entre o posto ou a graduação do pretense permissionário e a categoria do PNR; e
- d) a despeito de pertencerem ao mesmo círculo o cônjuge ou companheiro do permissionário não preencher as condições de habilitação exigidas em 3.1 desta Instrução.

7.1.2.4 A titularidade de um TPU, transferida conforme o previsto em 7.1.2.1, reverterá do cônjuge ou companheira (o) estável para o militar, originalmente permissionário, quando este for classificado em OM situada na mesma localidade onde se encontrar o PNR, por motivo de:

- a) conclusão ou desligamento de curso de carreira; e
- b) convocação para o serviço ativo.

7.1.3 Tão logo a Prefeitura receba as informações citadas em 7.1.2, deverá emitir o comunicado de rescisão do TPU e, quando solicitado pelo permissionário, encaminhar ao respectivo COMAR, o requerimento solicitando o uso a título excepcional e precário.

7.1.4 A notificação extrajudicial deverá ser remetida ao permissionário, no prazo de quinze dias, antes da data-limite para desocupação do imóvel.

7.1.5 Ao ocorrer a desocupação voluntária do PNR pelo ocupante irregular, a Prefeitura deverá certificar-se da existência ou não de ação de reintegração de posse, antes do recebimento das chaves do imóvel.

7.1.6 Caso ainda não tenha sido proposta a ação de reintegração de posse, a Prefeitura realizará vistoria no imóvel, por intermédio de um oficial de seu efetivo para tal designado, acompanhado de duas testemunhas.

7.1.7 Se já houver sido proposta a ação de reintegração de posse, a Prefeitura deverá solicitar à Procuradoria Geral da União as providências cabíveis para o recebimento do imóvel.

7.1.8 De posse dos termos de vistoria, previstos nos itens 7.1.6 e 7.1.7 desta Instrução, se for caso, a Prefeitura encaminhará à OM à qual for subordinada a documentação pertinente, para que seja solicitada, junto à COJAER, a propositura da ação de perdas e danos.

7.2 COMUNICADO DE RESCISÃO

7.2.1 Será emitido o comunicado de rescisão quando o permissionário:

- a) deixar de comprovar, no prazo de dez dias, a contar da data de emissão do TPU, a desocupação de PNR sob responsabilidade de outra Prefeitura;
- b) deixar, efetivamente, de residir no PNR em companhia de seus dependentes, após decorridos trinta dias da assinatura do TPU, salvo por motivo de força maior, reconhecido e justificado pela autoridade à qual estiver subordinada a Prefeitura;
- c) deixar, desde que não seja em função do serviço, por prazo superior a sessenta dias, de residir de fato no PNR que lhe esteja cedido, ainda que no mesmo permaneçam seus dependentes;
- d) deixar, por qualquer motivo, de possuir dependentes que vivam sob o mesmo teto;
- e) infringir qualquer das disposições contidas nas alíneas “a”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do item 6.2.1 e nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do item 6.3 desta Instrução, desde que o fato seja comprovado e reconhecido pela autoridade à qual a Prefeitura estiver subordinada;

- f) deixar o cargo que lhe dava direito ao PNR privativo, mesmo que continue a servir na mesma localidade;
- g) for movimentado para OM localizada em sede de outra Prefeitura, inclusive no caso de cogitação para curso regulares de carreira;
- h) for agregado, por ter sido afastado temporariamente do serviço ativo, por haver passado à disposição de órgão federal, estadual, municipal ou distrital, para exercer função de natureza civil;
- i) for agregado, por ter sido nomeado para qualquer cargo público civil temporário, inclusive da Administração Indireta;
- j) for excluído do serviço ativo, na forma estabelecida pela legislação pertinente;
- k) entrar em gozo de licença para tratar de interesse particular;
- l) desistir do PNR que lhe for designado, no caso de cogitação para curso regular de carreira, ou por promoção; ou
- m) vier a falecer.

7.2.2 A emissão do comunicado de rescisão dar-se-á após caracterizado o evento que o originou.

7.2.3 Não ocorrerá a rescisão, mediante prévia manifestação, quando o militar for designado para missão transitória e seus dependentes, devidamente autorizados, permanecerem ocupando PNR, conforme previsto na legislação pertinente.

7.3 DESOCUPAÇÃO DO PNR

A desocupação do PNR dar-se-á por ato voluntário ou mediante comunicado de rescisão (Anexo G).

7.4 DATAS DE REFERÊNCIA

Na contagem do prazo para a desocupação do PNR, são consideradas as seguintes datas:

- a) a do recebimento da notificação da Prefeitura, para os casos previstos nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do item 7.2.1 desta Instrução; ou
- b) a da publicação do ato de desligamento ou agregação do permissionário em boletim interno, para os demais casos previstos no item 7.2.1 desta Instrução.

7.5 VISTORIA

Antes da devolução, o PNR será vistoriado por um representante da Prefeitura, com a participação do permissionário, registrando-se, no Termo de Verificação do Imóvel e na Relação de Material Distribuído, a liberação ou as alterações encontradas, para fim de indenização dos danos eventualmente registrados, na forma da alínea “d” do item 6.2.1 desta Instrução.

7.6 PUBLICAÇÃO DA DESOCUPAÇÃO

A Prefeitura informará a desocupação do PNR à OM a que pertencer o permissionário, visando a publicação da mesma em boletim interno.

7.7 SUSPENSÃO DOS DESCONTOS

Para fim de suspensão dos descontos referentes à ocupação do PNR, será considerada a data da sua devolução à Prefeitura.

7.8 DEVOLUÇÃO

7.8.1 A devolução do PNR à Prefeitura está condicionada ao cumprimento por parte do permissionário do disposto na alínea “j” do item 6.2.1, bem como à comprovação de quitação das obrigações previstas nas alíneas “a” e “b” do item 6.2.2 desta Instrução, ou da inviabilidade do seu atendimento naquele prazo, caso que acarretará cobrança *a posteriori*.

7.8.2 Além desses encargos e das eventuais alterações encontradas por ocasião da vistoria prevista no item 7.5 desta Instrução, o permissionário deverá arcar com todos os gastos necessários para a limpeza geral do PNR, caso já não a tenha feito.

7.9 PRAZOS PARA DEVOLUÇÃO

7.9.1 A devolução do PNR dar-se-á segundo os prazos a seguir:

7.9.1.1 PNR privativo

A devolução deverá estar concluída antes da passagem do cargo ao qual está vinculado o PNR, não havendo período concessivo.

7.9.1.2 PNR não-privativo

A devolução deverá ser efetivada dentro dos seguintes períodos concessivos, a critério da autoridade à qual a Prefeitura estiver subordinada:

7.9.1.2.1 Prazo de até quarenta e oito horas

O permissionário que deixar de atender ao previsto nas alíneas “a” e “b” do item 7.2.1 desta Instrução.

7.9.1.2.2 Prazo de até trinta dias

O permissionário que deixar de atender ao previsto nas alíneas “a”, “c”, “d”, “f”, “g”, “h” e “i” do item 6.2.1., nas alíneas “a” e “b” do item 6.2.2, nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do item 6.3 e nas alíneas “d”, “h”, “i”, “k”, “l” e “m” do item 7.2.1 desta Instrução.

7.9.1.2.3 Prazo de até sessenta dias

O permissionário que:

- a) deixar, desde que não seja em função do interesse do serviço, por prazo superior a sessenta dias, de residir de fato no PNR que lhe seja cedido, ainda que no mesmo permaneçam seus dependentes; ou
- b) for movimentado para outra localidade, exceto no caso de estar ocupando PNR na forma do item 5.9 desta Instrução.

7.9.1.2.4 Prazo de até noventa dias

O permissionário que:

- a) for enquadrado na situação prevista na alínea “j” do item 7.2.1, obtiver o despacho favorável previsto no item 7.9.3 e estiver amparado pelo disposto no item 5.12 desta Instrução, bem como deixar de possuir dependentes que vivam sob o mesmo teto, quando em decorrência de falecimento destes; e
- b) ter sido notificado pela Prefeitura para a desocupação do PNR, no caso de haver ocupado na condição da alínea “b” do item 3.1.2 desta Instrução.

7.9.2 FALECIMENTO

No caso de falecimento do permissionário, a autoridade à qual estiver subordinada a Prefeitura poderá conceder prazo de até cento e oitenta dias para que os dependentes que vivam sob o mesmo teto efetuem a restituição do PNR à Prefeitura.

7.9.3 REQUERIMENTO PARA USO A TÍTULO EXCEPCIONAL E PRECÁRIO

7.9.3.1 Prevista ou ocorrida a perda da condição de serviço ativo, a continuação de ocupação do PNR poderá ocorrer a título precário, a contar da data de referência constante da letra “b” do item 7.4 desta Instrução, ficando condicionada a despacho favorável, emitido pela autoridade a que estiver diretamente subordinada a Prefeitura, em requerimento específico (Anexo H).

7.9.3.2 O requerimento supracitado, com despacho exarado, deverá retornar à Prefeitura de origem para as providências aplicáveis ao caso.

7.10 PERMISSÃO DE USO A TÍTULO EXCEPCIONAL E PRECÁRIO

Deferido o requerimento de que trata o item anterior, a Prefeitura emitirá a respectiva permissão de uso a título excepcional e precário autorizando a permanência do militar dentro do prazo previsto no item 7.9.1.2.4 desta Instrução (Anexo I).

7.11 SEPARAÇÃO DE CASAL

No caso de separação judicial, somente o permissionário que obteve a guarda dos filhos, comprovada por sentença judicial, poderá continuar ocupando o PNR, sendo-lhe vedado confiá-lo a título de residência ao ex-cônjuge.

7.12 PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS PARA DESOCUPAÇÃO

Findo o prazo previsto no item 7.9 desta Instrução, sem que o permissionário proceda a devolução do PNR, a Prefeitura providenciará imediatamente:

- a) a notificação extrajudicial ao ocupante irregular sobre o término do período para ocupação;
- b) a comunicação do fato ao Comandante, Chefe ou Diretor da OM em que o ocupante servir ou estiver vinculado, com vistas às providências disciplinares; e
- c) o início do processo de reintegração de posse do PNR, por via judicial, na forma da legislação pertinente.

8 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

8.1 Atingido o prazo limite, sem a desocupação do imóvel, a Prefeitura comunicará o fato à OM à qual estiver subordinada, encaminhando, anexo à mensagem, cópia da notificação extrajudicial (Anexo M) remetida ao ocupante de PNR, bem como de todos os documentos necessários ao ajuizamento da competente ação de reintegração de posse.

8.2 Os documentos a que se refere o item acima são os seguintes:

- a) contrato de locação de PNR ou TPU;
- b) guia de moradia;
- c) cópia da Portaria ou do boletim que publicou a passagem do ocupante irregular de PNR para a situação de inativo, licenciado ou exonerado;
- d) cópia autenticada da notificação extrajudicial enviada ao ocupante irregular para desocupação do imóvel; e
- e) aviso de recebimento, devolvido, comprovando o recebimento da notificação.

8.3 A OM à qual a Prefeitura estiver subordinada encaminhará, imediatamente, à COJAER a solicitação da ação de reintegração de posse.

8.4 A COJAER, após a análise dos documentos, oficiará à Procuradoria da União, solicitando a propositura da referida ação.

8.5 Ao receber do Poder Judiciário a decisão da ação de reintegração de posse, a OM à qual se subordina a Prefeitura deverá:

- a) comunicar o fato à COJAER e ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER), com as informações necessárias;
- b) em coordenação com a Prefeitura, fornecer ao Poder Judiciário os meios necessários para a efetivação do mandado; e
- c) acompanhar todos os procedimentos até a efetiva entrega das chaves à Procuradoria Geral da União.

8.6 No decorrer dessas providências, se houver desocupação voluntária do imóvel, citada no item 7.1.5 desta Instrução, a Prefeitura deverá comunicar prontamente à OM à qual estiver subordinada. Esta dará ciência do fato à COJAER, para a oficialização à Procuradoria Geral da União, a fim de obstar o andamento da ação por perda de objeto.

8.7 A COJAER será a responsável pelo acompanhamento, junto ao Poder Judiciário, das ações de reintegração de posse de que trata o item 8.3 desta Instrução.

9 MULTA POR OCUPAÇÃO IRREGULAR

9.1 É a multa equivalente a dez vezes o valor da taxa de uso, a cada trinta dias de retenção do imóvel, após a perda do direito à ocupação, conforme previsto na legislação pertinente.

9.2 As Prefeituras deverão comunicar imediatamente ao COMAR, em cuja área de jurisdição estiverem localizadas, os nomes dos permissionários ou pessoas que passarem à condição de ocupante irregular, com os respectivos números do Código DPD (Matrícula SDPP). O COMAR, ao receber tais informações, dará conhecimento prontamente ao GABAER, para as providências da alçada do CMTAER.

9.3 Os COMAR deverão encaminhar ao GABAER, até o primeiro dia útil do mês, a relação nominal de todos os ocupantes irregulares de PNR, com os respectivos números do Código DPD (Matrícula SDPP) e as datas em que passaram àquela condição, no que se referir às Prefeituras localizadas em sua respectiva área de jurisdição, independentemente de subordinação.

9.4 O GABAER encaminhará aos COMAR os extratos de cada Portaria de aplicação de multa, relativos à respectiva área de jurisdição, e estes os remeterão às Prefeituras que possuam ocupantes irregulares aos quais as multas foram aplicadas, para fins de cotejamento e controle.

9.5 A cobrança da multa, por ocupação irregular de PNR, de militar ou servidor civil pertencente à OM do COMAER será efetuada:

- a) para o militar, mediante desconto na folha de pagamento do ocupante irregular, nas situações previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do item 3.3.1 desta Instrução;
- b) para o servidor civil ou seu pensionista, observando-se a legislação pertinente para os casos da alínea “e” do item 3.3.1; e
- c) mediante inscrição na Dívida Ativa da União, por solicitação da OMR ao COMAR a que estiver jurisdicionada, em coordenação com a COJAER, nas situações da alínea “c” do item 3.3.1 desta Instrução.

9.6 Ao militar ou ao servidor civil, pertencente ou que se encontrar prestando serviço em Órgão Público ou Instituição estranhos ao COMAER, será solicitado pela Prefeitura de Aeronáutica possuidora de autonomia administrativa ou pelo comando da OM a que estiver subordinada a Prefeitura, via cadeia de comando, o recolhimento da importância correspondente à multa aplicada.

9.7 A importância correspondente à multa será recolhida à conta do Fundo Aeronáutico, na fonte 250120560 – AIR.

9.8 A cobrança da multa por ocupação irregular de PNR em folha de pagamento está amparada pela legislação pertinente, em especial pelos diplomas legais que estabelecem e regulamentam a remuneração dos militares.

9.9 O pagamento da multa por ocupação irregular de PNR não isenta o ocupante do pagamento da taxa de uso ou da indenização das despesas comuns e de outras decorrentes do uso do imóvel.

9.10 O CMTAER expedirá ato relacionando os ocupantes irregulares de PNR e o respectivo valor da multa devida.

9.11 Em qualquer caso, a multa por ocupação irregular de PNR será de responsabilidade do ex-permissionário, do seu herdeiro ou de inventariante, ressalvadas as ordens emanadas do Poder Judiciário.

9.12 O GABAER somente providenciará a aplicação ou o cancelamento de multas mediante documentação oriunda dos COMAR.

9.13 As importâncias referentes aos débitos não saldados serão informadas para inscrição na Dívida Ativa da União, mesmo depois de o PNR haver sido devolvido.

9.13.1 As devoluções das importâncias efetuadas pelos COMAR ou pelas Prefeituras, a título de ressarcimento de desconto indevido, erro de processamento, decisão judicial ou outro motivo, deverão ser informadas ao GABAER, para contabilização do resíduo de multa a ser inscrito na Dívida Ativa da União.

9.14 Quando a ocupação irregular ocorrer por período inferior a trinta dias, a multa será cobrada na razão de um trinta avos do seu valor mensal por dia de retenção do imóvel.

10 INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

10.1 As providências referentes à inscrição na Dívida Ativa da União serão adotadas pela COJAER, em coordenação com o GABAER, e obedecerão às seguintes prioridades:

- a) ocupantes de PNR licenciados que não estão sendo descontados;
- b) ocupantes de PNR exonerados e demitidos que não estão sendo descontados;
- c) ocupantes de PNR que tiveram, por meio de decisão judicial, determinação para remessa de seus débitos para a Dívida Ativa da União; e
- d) ocupantes de PNR com desconto limitado pela margem consignável.

10.2 O GABAER providenciará a Portaria referente à aplicação de multa e a respectiva planilha de demonstrativo de débitos.

10.3 Com base nas informações contidas no extrato das portarias de aplicação de multas remetidas pelo GABAER às Prefeituras, por intermédio dos COMAR, estas emitirão as notificações extrajudiciais de débito (Anexo L) e as enviarão aos ocupantes irregulares das suas respectivas jurisdições.

10.3.1 As referidas notificações estabelecerão prazo peremptório de trinta dias para pagamento das multas, após o que a Prefeitura ficará impedida de receber os referidos valores.

10.4 O GABAER encaminhará à COJAER as portarias de aplicação de multa e as planilhas de demonstrativo de débitos (Anexo O).

10.5 A Prefeitura, após efetuar a notificação de que trata o item 10.3, enviará à COJAER, via COMAR, os seguintes documentos referentes a cada ocupante notificado:

- a) contrato de locação de PNR ou TPU autenticado;
- b) cópia da portaria ou boletim que publicou a passagem do ocupante de PNR para a situação de inativo, licenciado ou exonerado;
- c) cópia autenticada da notificação extrajudicial enviada ao ocupante irregular para desocupação do imóvel (Anexo M);
- d) cópia autenticada da notificação extrajudicial que deu ciência ao ocupante irregular do débito existente (Anexo L); e
- e) original do Aviso de Recebimento expedido pela Prefeitura.

10.6 Recebida a documentação citada nos itens 10.4 e 10.5 desta Instrução, a COJAER, observando o disposto na legislação pertinente, oficiará à Procuradoria da Fazenda Nacional, solicitando a inclusão daqueles valores na Dívida Ativa da União.

10.7 A COJAER, o GABAER e a Prefeitura deverão manter arquivadas, em pastas individuais, cópia dos documentos de suas respectivas competências, relativos à inscrição na Dívida Ativa da União.

10.8 Quando o ocupante irregular manifestar o desejo de efetuar o pagamento do débito diretamente ao COMAR, a Prefeitura providenciará a guia de recolhimento (Anexo N) para a Gestão Fundo Aeronáutico.

10.9 A Prefeitura, após ter recolhido o pagamento previsto no item 10.8 desta Instrução, fornecerá o recibo ao depositante e, de posse da confirmação do crédito, comunicará imediatamente, via mensagem-rádio, ao COMAR, ao GABAER e à COJAER, para baixa do processo de inscrição na Dívida Ativa da União.

10.10 Decorridos trinta dias, contados da data do encaminhamento das solicitações de inscrição na Dívida Ativa da União, de que trata o item 10.6 desta Instrução, a COJAER, caso não tenha obtido resposta da Procuradoria da Fazenda Nacional, deverá oficialiar à Coordenadoria da Dívida Ativa da União, no sentido de obter o andamento das ações propostas.

11 DESTINAÇÃO DA RECEITA DA MULTA, DA TAXA DE USO E DAS INDENIZAÇÕES

11.1 A receita oriunda das multas previstas no Capítulo 9 desta Instrução destina-se à Gestão Fundo Aeronáutico, Fonte AIR, a cargo da respectiva Prefeitura.

11.2 Os valores relativos às taxas de uso e às indenizações terão a seguinte distribuição:

- a) no Distrito Federal,
 - cem por cento: como receita da Gestão Fundo Aeronáutico, Fonte AIR, a cargo da Prefeitura de Aeronáutica de Brasília; e
- b) nas demais localidades,
 - oitenta por cento: como receita da Gestão Fundo Aeronáutico, Fonte AIR, a cargo da Prefeitura correspondente; e
 - vinte por cento: como receita da Gestão Fundo Aeronáutico, Fonte RES, a cargo da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

11.3 As receitas de que tratam os itens 11.1 e 11.2 desta Instrução serão empregadas da seguinte forma:

- a) correspondente à Fonte AIR,
 - na conservação e manutenção da unidade habitacional e bens da União nela existentes, quando não envolver responsabilidade do permissionário; e
 - na conservação e manutenção de áreas, instalações e benfeitorias de uso comum de conjuntos habitacionais, bem como no pagamento das despesas de natureza comum ou de condomínio, nos termos dos itens 6.2.3 e 6.2.10 desta Instrução (NR) – Portaria N° 1.331/GC6, de 14 de novembro de 2005.
- b) correspondente à Fonte RES,
 - na execução de reparos, obras complementares de recuperação e de serviços de manutenção em PNR e conjuntos habitacionais, a critério do Comandante da Aeronáutica.

12 ADMINISTRAÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL E DE CONDOMÍNIOS

12.1 ADMINISTRAÇÃO DIRETA DE CONJUNTO HABITACIONAL

12.1.1 Toda administração de conjunto de PNR terá um administrador designado pela Prefeitura e um ou mais adjuntos para auxiliá-lo em seus encargos.

12.1.1.1 O administrador e seus adjuntos exercerão seus mandatos por um período determinado, a ser estabelecido pela Prefeitura, e que poderá ser renovado, desde que haja comum acordo entre as partes.

12.1.1.2 O administrador é a ligação entre os permissionários e a Prefeitura.

12.1.2 AO ADMINISTRADOR COMPETE:

- a) tomar as providências necessárias para eliminar ou diminuir ameaças à segurança de bens, instalações ou pessoas, comunicando o fato imediatamente à Prefeitura, quando a situação assim o exigir;
- b) realizar assembléias com os permissionários para deliberações sobre o conjunto de PNR;
- c) controlar materiais e equipamentos de uso comum utilizados no conjunto de PNR; e
- d) supervisionar a execução das obras e serviços realizados no conjunto de PNR.

12.1.3 NORMAS COMPLEMENTARES

Os administradores elaborarão normas complementares julgadas necessárias à administração do conjunto de PNR, as quais, submetidas à apreciação da Prefeitura, deverão abordar, entre outros, os seguintes assuntos:

- a) procedimentos em caso de violação da integridade do conjunto ou do PNR;
- b) execução de serviços de conservação;
- c) utilização de instalações e equipamentos de uso comum;
- d) instalação de antenas e de outros equipamentos individuais;
- e) plano contra-incêndio;
- f) coleta de lixo;
- g) tráfego de veículos nas áreas comuns;
- h) regras para ocupação de vagas em garagens;
- i) trânsito de animais pelas áreas comuns;
- j) trânsito de pessoas nas áreas restritas; e
- k) normas para as assembléias gerais.

12.2 ADMINISTRAÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL CONSTITUÍDO EM ASSOCIAÇÃO DE PERMISSIONÁRIOS

12.2.1 Toda associação de permissionários terá um presidente e um vice-presidente, eleitos em assembléia geral, para um período de um ano.

12.2.2 As assembléias deverão ser convocadas com antecedência mínima de quinze dias e suas deliberações serão aprovadas por maioria de votos.

12.2.2.1 A escolha do presidente e do vice-presidente, quando não acudirem voluntários, recairá, em princípio, a critério da autoridade à qual estiver subordinada a Prefeitura, no permissionário mais antigo para presidente e no mais moderno para vice-presidente.

12.2.3 No interesse do serviço, as competências poderão ser divididas entre o presidente e o vice-presidente.

12.2.4 O vice-presidente substituirá o presidente na sua ausência.

12.2.5 As assembléias das associações de permissionários serão realizadas, em princípio, nos próprios blocos.

12.2.6 Para a fiscalização da aplicação dos recursos repassados pela Prefeitura, a associação contará com um conselho fiscal, composto por três membros eleitos em assembléia, para um mandato de um ano, que poderá ser renovado por igual período.

12.2.7 AO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PERMISSIONÁRIOS COMPETE:

- a) comunicar, por escrito, à Prefeitura a ocorrência de mau funcionamento dos equipamentos, instalações e máquinas que não sejam de responsabilidade da associação;
- b) realizar assembléias com os permissionários para deliberações sobre a associação de permissionários;
- c) controlar o material e os equipamentos de uso comum utilizados no conjunto habitacional;
- d) supervisionar a execução de reparos de manutenção, obras e serviços realizados no conjunto habitacional, pela Prefeitura ou por firmas contratadas;
- e) fazer cumprir as normas internas do conjunto habitacional e outras que regulem o uso dos PNR;
- f) orientar e fiscalizar a execução das atribuições dos responsáveis pelos serviços de limpeza, conservação e zeladoria;
- g) não permitir que o pessoal contratado execute qualquer tipo de serviço particular para os moradores do conjunto habitacional, durante o horário de trabalho;
- h) solicitar à Prefeitura a execução de serviços de manutenção relacionados no item 6.2.3 desta Instrução, quando necessário;

- i) na ocorrência de danos causados pelos permissionários, seus dependentes ou empregados, indicar os responsáveis, aos quais deverão ser imputados os prejuízos;
- j) na impossibilidade da identificação dos responsáveis pelos danos, providenciar o rateio de despesa e cobrança dos moradores;
- k) acionar a Prefeitura nos casos de emergência, caso necessário;
- l) não permitir a prática de jogos, o uso de bicicletas, de patins e atividades similares nas áreas dos pilotis;
- m) não permitir o uso das áreas de estacionamento de automóveis para outros fins, tais como manutenção ou lavagem de veículos e prática de atividades esportivas ou comerciais;
- n) não permitir a prática de atividades esportivas sobre as áreas gramadas;
- o) não permitir que os moradores tenham acesso à cobertura do prédio, mantendo os locais fechados e as chaves com o zelador do prédio;
- p) diligenciar para que os zeladores mantenham trancadas as portas dos armários de medidores de energia elétrica, das casa de bombas e das casas de máquinas;
- q) não permitir excesso de ruído no período compreendido entre 22h e 6h, nas áreas comuns ou nos apartamentos;
- r) não permitir o uso de determinados locais e cubículos para a guarda de materiais ou permanência de pessoas;
- s) apontar as deficiências dos serviços ou obras executadas por firmas contratadas pela Prefeitura;
- t) sugerir medidas para melhorar o bem-estar dos moradores;
- u) não permitir a permanência de menores desacompanhados no interior da garagem;
- v) providenciar a reposição de lâmpadas, interruptores e pequenos serviços nas áreas comuns, correndo a despesa por conta da associação;
- w) cuidar dos extintores de incêndio e de todo o material contra-incêndio, bem como providenciar a reposição do material danificado;
- x) tomar providências legais caso algum animal doméstico esteja causando perigo ou incomodando moradores do conjunto habitacional; e
- y) não permitir a guarda de volume, mobiliário, eletrodoméstico e outro material no interior da garagem, com exceção de bicicletas.

12.2.8 AO VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PERMISSIONÁRIOS COMPETE:

- a) providenciar a confecção de claviculário para guarda, controle e identificação de todas as chaves das portas das áreas comuns do conjunto habitacional;
- b) atuar como secretário nas assembleias, fazendo o registro dos fatos necessários;

- c) registrar e manter atualizada a relação de moradores;
- d) providenciar para que as contas de energia elétrica, telefone e demais serviços públicos referentes a apartamentos vagos sejam entregues à Prefeitura;
- e) colocar, em local visível, a relação dos endereços e telefones úteis e outros de interesse geral;
- f) fiscalizar para que o transporte de mobiliário e de itens de mudanças seja realizado somente pelo elevador de serviço, com a devida proteção e no horário compreendido entre 7h e 19h, respeitando o limite de carga;
- g) verificar diariamente o funcionamento das bombas d'água instaladas no conjunto habitacional; e
- h) substituir o presidente, até o final do mandato, nos casos de transferência com mudança de sede, mudança do edifício, ou qualquer outro afastamento definitivo.

12.3 ADMINISTRAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS

As orientações quanto aos procedimentos referentes à ocupação e à administração dos condomínios, constituídos por PNR e apartamentos particulares, encontram-se estabelecidas na legislação pertinente, nas convenções e regimentos internos de cada condomínio e nas normas internas para unidades habitacionais administradas pela Prefeitura.

13 PNR DE DESTACAMENTOS

13.1 DESTACAMENTOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AO VÔO

Os PNR destinados aos Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA) serão gerenciados pelo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA), ou pelo Serviço Regional de Proteção ao Vôo (SRPV), a que estiverem subordinados, aplicando-se para tal, no que for pertinente, as disposições da presente Instrução.

13.2 DESTACAMENTOS DE AERONÁUTICA

Os PNR destinados aos Destacamentos de Aeronáutica serão gerenciados pela Prefeitura designada pelo Comandante do COMAR, aplicando-se, no que for pertinente, as disposições da presente Instrução.

13.3 INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

Compete aos Comandantes, Chefes ou Diretores das OM responsáveis pelo gerenciamento dos respectivos DTCEA e dos Destacamentos de Aeronáutica, previstos nos itens 13.1 e 13.2 desta Instrução, baixar instruções complementares específicas para a concessão de permissão de uso de PNR e aplicação dos recursos gerados pela sua ocupação.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 O estabelecido nesta Instrução será aplicado, no que couber, ao servidor civil ou pensionista de servidor civil, ocupante, em caráter excepcional e precário, de PNR administrado pelo COMAER.

14.2 As Prefeituras deverão, quando julgado conveniente e devidamente autorizadas pelo Comando a que estiverem subordinadas, expedir instruções, incentivando e orientando os permissionários de PNR situados em conjuntos habitacionais a se organizarem sob a forma de associações de permissionários.

14.3 As OM devem informar às Prefeituras, em prazo não superior a quinze dias, todo e qualquer ato administrativo referente a militar de seu efetivo que gere providências relacionadas à ocupação ou desocupação de PNR.

14.4 A Prefeitura responderá administrativamente pelos PNR localizados em condomínios habitacionais legalizados, aplicando, no que couber, os preceitos da presente Instrução.

14.5 Aos inscritos pertencentes ao QSS e QFG ou QTA e QESA deve ser aplicada, para a distribuição de PNR, a proporcionalidade de cinco para um, ou seja: para cada cinco distribuições de PNR para os graduados pertencentes ao QSS ou QFG, indistintamente, será

distribuído um PNR para um graduado do QTA ou do QESA que tiver melhor posição na lista de inscritos, por ordem hierárquica ou por ordem cronológica.

14.6 Os óbices encontrados na aplicação dos dispositivos contidos nos Capítulos 8, 9 e 10 desta Instrução serão submetidos à COJAER, com o objetivo de implementar as correções necessárias ao processo.

14.7 Aos militares que estejam ocupando PNR e sejam matriculados no Estágio de Adaptação ao Oficialato (EAOF), se candidatos à inclusão no Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica (QOEA), no Estágio de Adaptação à Graduação Sargento de Taifa (EAGST) ou no Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento (EAGS), não se aplica o disposto na alínea “e” do item 3.1.1 desta Instrução.

14.8 Ao militar matriculado no Curso de Formação de Oficiais Especialistas (CFOE) não se aplica a condição de habilitação descrita na alínea “e” do item 3.1.1 desta Instrução.

14.8.1 O militar matriculado no CFOE, do efetivo da organização sede do curso, poderá permanecer ocupando o PNR ou poderá ser-lhe concedido o direito de mudança, a critério do Comandante da OM à qual seja a Prefeitura subordinada.

14.9 O permissionário que desocupar o PNR voluntariamente só poderá inscrever-se novamente seis meses após a entrega do referido imóvel.

14.10 O disposto nesta Instrução aplica-se, no que couber, aos PNR que se encontram em situação patrimonial indefinida, em especial os oriundos da extinta Superintendência da Construção e Administração Imobiliária (SUCAD), no Distrito Federal.

14.11 A distribuição de PNR deverá ser iniciada por ordem hierárquica, seguindo-se a ordem cronológica, e assim sucessivamente, alternando-se os dois critérios, a partir da data de vigência da presente Instrução.

14.12 O disposto no item 4.4.2 desta Instrução se aplica a todos os militares do QTA e do QESA que ainda não estejam ocupando PNR referente à sua atual graduação, não lhes sendo aplicado o contido no item 15.2.

15 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

15.1 A partir da vigência da presente Instrução, as Prefeituras deverão elaborar as relações de inscrição por ordem hierárquica, por categorias de PNR.

15.2 Ficam asseguradas as inscrições efetuadas por ordem cronológica, antes da vigência desta Instrução, com as datas consideradas por ocasião de sua efetivação.

15.3 Caso ocorra, após a entrada em vigor desta Instrução, a inscrição de candidato com data de movimentação anterior a qualquer candidato já inscrito, a colocação do novo candidato obedecerá ao que prescreve o item 4.2.2 desta Instrução.

16 DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Os casos não previstos serão submetidos à apreciação dos Comandantes de COMAR ou do Oficial-General ao qual a Prefeitura estiver subordinada.

16.2 Os casos excepcionais, que envolverem situações fortuitas ou de força maior, depois de apreciados pelas autoridades citadas no item anterior, serão submetidos ao Comandante-Geral do Pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto no 980, de 11 de novembro de 1993. Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, n. 216, 12 nov. 1993.

_____. Decreto no 3.297, de 17 de dezembro de 1999. Regulamenta o art. 45 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis, dos aposentados e dos pensionistas da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, n. 242, 20 dez. 1999.

_____. Lei no 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, s/n., 11 dez. 1980.

_____. Lei no 8.025, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, n. 71-A, 13 abr. 1990.

_____. Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das fundações públicas federais. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, n. 52, 18 mar. 1998.

_____. Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis no 3.765, de 04 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, n. 168-A, 1º set. 2001. Seção 1.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. Confecção, controle e numeração de publicações. *Boletim Externo Ostensivo do COMGEP*. Brasília, DF, n. 12, 27 out. 2000.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Correspondência e atos oficiais do Ministério da Aeronáutica. (IMA 10-1). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, n. 30, 10 fev. 1995.

Anexo A – Solicitação de Inscrição

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
NOME DA ORGANIZAÇÃO MILITAR

Parte nº

(Localidade/data).

Do (interessado)

Ao (Setor de Pessoal, ou Prefeitura de Aeronáutica de _____)

Assunto : Inscrição para Ocupação de PNR.

1 Participo a V.Sa. que, para efeito dos itens 4.2 e 14.1 da ICA 19-5 “Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica”, de _____, aprovada pela Portaria no /GC-6, de _____, desejo inscrever-me para ocupar PNR sob administração da Prefeitura de Aeronáutica de _____, em razão de (expor os motivos e amparos legais, se houver, de maneira clara e completa).

2. Para os demais efeitos, informo, ainda, a V. Sa. que:

- a) a minha transferência (por necessidade do serviço ou interesse particular) foi publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica n.º _____, de _____;
- b) fui promovido ao atual posto/graduação em _____;
- c) possuo os seguintes dependentes sob meu teto:
- (relacionar);
- d) ocupo (não ocupo) PNR vinculado à Prefeitura de Aeronáutica de _____; e
- e) estou ciente de que, caso ultrapasse o prazo concedido para a desocupação do PNR e a sua respectiva devolução a essa Prefeitura, passarei à situação de ocupante irregular, quando então ficarei sujeito à aplicação da multa equivalente a dez vezes o valor da taxa de uso, a cada trinta dias de retenção do imóvel, conforme o estabelecido nos itens 1.2.17, 3.3.1, 7.1.1, 7.2.1, 7.9.1 e no Capítulo 9 da ICA 19-5.

Assinatura do candidato

Anexo B - Termo de Verificação de Imóvel

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE

TERMO DE VERIFICAÇÃO DE IMÓVEL

IMÓVEL				
PERMISSIONÁRIO				
VISTORIADOR	OCUPAÇÃO		DATA	
	DESOCUPAÇÃO		DATA	

			RUBRICAS	
			PERMISSIONÁRIO	VISTORIADOR
OCUPAÇÃO				
DESOCUPAÇÃO				

ITEM		NOVO	BOM	RUIM	DANIFICADO	OBSERVAÇÕES
S A L A S	PINTURA					
	PISO					
	PORTAS E JANELAS					
	VIDROS					
	LUMINÁRIAS					
	Inst. (*) ELÉTRICAS					
	PERSIANAS					
	ARMÁRIOS					
	CHAVES E FECHADURAS					
C O R R E D O R	PINTURA					
	PISO					
	LUMINÁRIAS					
	Inst. ELÉTRICAS					
	ARMÁRIOS					

(*) Inst. = Instalações

Continuação Anexo B - Termo de Verificação de Imóvel

TERMO DE VERIFICAÇÃO DE IMÓVEL

ITEM		NOVO	BOM	RUIM	DANIFICADO	OBSERVAÇÕES
QUARTOS	PINTURA					
	PISO					
	PORTAS E JANELAS					
	VIDROS					
	LUMINÁRIAS					
	Inst. ELÉTRICAS					
	PERSIANAS					
	ARMÁRIOS					
	CHAVES E FECHADURAS					
GARAGEM	PINTURA					
	PISO					
	PORTAS					
	LUMINÁRIAS					
	Inst. ELÉTRICAS					
	CHAVES E					
	FECHADURAS					
BANHEIRO	PINTURA					
	PISO E AZULEJOS					
	PORTAS E JANELAS					
	BOX					
	LUMINÁRIAS					
	Inst. ELÉTRICAS					
	ARMÁRIOS					
	Inst. HIDRÁULICA					
	APARELHO SANITÁRIOS					
	CHAVES E FECHADURAS					
COZINHA	PINTURA					
	PISO E AZULEJOS					
	PORTAS E JANELAS					
	PIA E BANCADA					
	LUMINÁRIAS					
	Inst. ELÉTRICA					
	ARMÁRIOS					
	Inst. HIDRÁULICA					
	CHAVES E FECHADURAS					

Continuação Anexo B - Termo de Verificação de Imóvel

TERMO DE VERIFICAÇÃO DE IMÓVEL

ITEM		NOVO	BOM	RUIM	DANIFICADO	OBSERVAÇÕES	
S E R V I Ç O	PINTURA						
	PISO						
	Inst. HIDRÁULICAS						
	PORTAS E JANELAS						
	ARMÁRIOS						
	Inst. ELÉTRICAS						
	CHAVES E FECHADURAS						
V A R A N D A	PINTURA						
	PISO						
	Inst. ELÉTRICA						
E X T E R I O R	PINTURA						
	PISO E AZULEJOS						
	PORTAS E JANELAS						
	PIA E BANCADA						
	LUMINÁRIAS						
	Inst. ELÉTRICAS						
	ARMÁRIOS						
	Inst. HIDRÁULICAS						
	CHAVES E FECHADURAS						
O U T R O S	PINTURA						
	PISO						
	Inst. HIDRÁULICAS						
	PORTAS E JANELAS						
	ARMÁRIOS						
	Inst. ELÉTRICAS						
	CHAVES E FECHADURAS						
RUBRICAS	PERMISSIONÁRIO		OCUPAÇÃO			DESOCUPAÇÃO	
	VISTORIADOR						

Anexo C – Relação de Material Distribuído

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE

RELAÇÃO DE MATERIAL DISTRIBUÍDO

Relação de material distribuído ao (à) _____, permissionário (a)
 responsável pelo Próprio Nacional Residencial situado na
 _____.

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	FCG	FCP	OBS.

Declaro que, após as necessárias conferências, dou como recebido o material constante da presente relação.

(Localidade/Data)

 Permissionário (a)

 Prefeito de Aeronáutica

Obs.: As restrições quanto ao estado do material serão lançadas no verso e deverão conter as assinaturas do Prefeito de Aeronáutica e do (a) permissionário(a).

Anexo D – Termo de Permissão de Uso**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE****TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº /00**

O PREFEITO DE AERONÁUTICA DE _____, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Instrução que trata da Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica (ICA 19-5), aprovada pela Portaria nº _____, **resolve**,

1. Outorgar PERMISSÃO DE USO, a partir de _____, do PNR localizado na _____, de propriedade da União Federal, jurisdicionado ao Comando da Aeronáutica e reservado ao atendimento de militares da ativa servindo na cidade de _____, ao (à) _____, classificado (a) no _____, conforme Boletim do Comando da Aeronáutica nº _____.
2. Consignar que a ocupação do imóvel acima indicado pressupõe ciência e plena aceitação por parte do (a) permissionário (a) do que dispõe a ICA 19-5 e disposições específicas relativas à administração do conjunto habitacional onde se localiza o PNR cedido.
3. Consignar que caso não desocupe o imóvel supracitado e não o devolva a essa Prefeitura no prazo concedido, previsto no item 7.9.1 da ICA 19-5, o permissionário será considerado ocupante irregular e sujeito à multa equivalente a dez vezes o valor da taxa de uso, a cada trinta dias de retenção do imóvel, conforme previsto no Capítulo 9 da mesma Instrução.

(Localidade/Data)

Prefeito de Aeronáutica

Declaro estar ciente e plenamente de acordo com as condições de utilização do imóvel do qual recebo permissão de uso, previstas na ICA 19-5, de _____ de _____ de _____.

Permissionário (a)

Anexo E – Solicitação de Serviço**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE****SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO**

(Localidade/Data)

De _____

- ☐ Permissorário (a)
☐ Administrador (a)

(PNR ou CH)

Ao Sr (a) ☐ Prefeito de Aeronáutica
☐ Administrador (a)

Assinatura**INFORMAÇÃO AO SOLICITANTE**

(Localidade/Data)

Assinatura

- ☐ Prefeito de Aeronáutica
☐ Administrador

Anexo F – Extrato de Termo de Permissão de Uso**EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO****TERMO DE PERMISSÃO DE USO**

O (A) Prefeito de Aeronáutica de _____ outorgou Permissão de Uso do Próprio Nacional Residencial à _____ ao (a) _____ do efetivo do (a) _____, a partir de _____.

Anexo G – Comunicado de Rescisão**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE**

Comunicado de Rescisão nº _____/

(Localidade/Data)

Do Pref. de Aer. de _____

Ao (À) (Nome do permissionário(a))

1. Comunico a V.Sa. que, de acordo com a letra ____ do item 7.2.1 da ICA 19-5, aprovada pela Portaria nº /GC-6, de _____, foi rescindido, a partir de _____, o Termo de Permissão de Uso nº _____, referente ao PNR (identificação/endereço do imóvel).

2. Em consequência, e de acordo com os itens 7.4, 7.8 e 7.9 da mesma Instrução, o referido imóvel deverá ser restituído a esta Prefeitura até o dia _____.

(OU)

2. Em consequência, e de acordo com o item 7.9.3 da mesma Instrução, informo, ainda, a V. Sa. que a permanência no referido imóvel, a título excepcional e precário, ficará condicionada a despacho favorável do (autoridade a que estiver subordinada a Prefeitura), em requerimento específico, pelo prazo que vier a ser estabelecido pela referida autoridade.

Prefeito (a) de Aeronáutica

Declaro que tomei ciência do presente Comunicado de Rescisão.

(Localidade/Data)_____
Permissionário (a)

Obs.: A segunda versão do parágrafo 2 deverá ser aplicada somente nos casos de que trata o item 7.9.3 da ICA 19-5.

Anexo H – Requerimento para Uso Excepcional e Precário

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE

REQUERIMENTO PARA USO EXCEPCIONAL E PRECÁRIO

Do (Permissionário(a))

Ao/À (Autoridade a que estiver subordinada a Prefeitura)

Assunto: Uso de PNR a título precário.

1. (Posto/Graduação/Nome), tendo em vista a previsão de rescisão do Termo de Permissão de Uso do PNR que me foi concedido, em razão de (motivo do afastamento do serviço ativo), requer de V.Sa. (V.Exa.) autorização para permanecer ocupando o referido Próprio, que ora habito, aceitando, desde agora, nos termos da ICA 19-5, aprovada pela Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010, as condições e limitações estipuladas pela Administração, incluindo a fixação do período dessa nova permissão, bem como a do valor da Indenização de Uso por Ocupação a Título Excepcional e Precário, a título de ressarcimento pela ocupação, valor que autorizo seja descontado de minha remuneração ou proventos mensais.

2. Pelo presente, afirmo que estou ciente de que serei considerado como ocupante irregular, caso não desocupe o imóvel supracitado a essa Prefeitura no prazo concedido, e estarei sujeito à cobrança de multa equivalente a dez vezes o valor da taxa de uso, a cada trinta dias de retenção do imóvel, conforme prescreve o capítulo 9 da ICA 19-5.

É a primeira vez que requer.

(Localidade/Data)

Permissionário (a)

Obs.: Este documento será entregue pelo permissionário (a) à Prefeitura, que o encaminhará, devidamente informado, à autoridade correspondente.

Anexo I – Permissão de Uso a Título Excepcional e Precário

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE

PERMISSÃO DE USO A TÍTULO EXCEPCIONAL E PRECÁRIO Nº

1 O PREFEITO DE AERONÁUTICA DE _____, diante da permissão para permanecer ocupando, a título excepcional e precário, o PNR localizado na _____, de acordo com o parecer publicado no Boletim Interno _____, e nos termos da ICA 19-5, aprovada pela Portaria nº _____, de _____, autoriza a permanência, a título excepcional, precário e improrrogável, no imóvel que ocupa o (a) permissionário (a) e seus dependentes, durante o período concessivo previsto, até _____, nas condições da referida ICA.

2 A permanência na ocupação do imóvel no período concessivo não gera qualquer outro direito e obriga o (a) permissionário (a), seu cônjuge, se houver, e seus dependentes a desocuparem completamente o referido imóvel até a data autorizada.

3 A indenização a ser aplicada pelo uso do imóvel no período concessivo equivale ao valor estabelecido pela ICA 19-5, o qual deverá ser descontado da remuneração ou dos proventos do (a) permissionário (a).

4 Caso não desocupe o imóvel supracitado e não o devolva a essa Prefeitura no prazo concedido, previsto no subitem 7.9.1.2.4 da ICA 19-5, o permissionário será considerado ocupante irregular e sujeito à aplicação da multa equivalente a dez vezes o valor da taxa de uso, a cada trinta dias de retenção do imóvel, conforme prescreve o capítulo 9 da mesma Instrução.

(Localidade/Data)

Prefeito de Aeronáutica

DE ACORDO:

Autorizo o desconto

Permissionário(a)

Anexo J – Guia de Moradia**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE****GUIA DE MORADIA Nº _____/_____**

Em vista da solicitação contida nesta Guia, CERTIFICO, com base nos registros existentes nesta OM, o seguinte:

1. - Nome:
2. - CPF:
3. - Identidade:
4. - Matrícula/SDPP:
5. - Posto/Graduação:
6. - Unidade de origem:
7. - Unidade de destino:
8. - Boletim do Comando da Aeronáutica que publicou a movimentação:
9. - Boletim que publicou o desligamento da OM de origem
10. - Data de promoção ao atual posto ou graduação:
11. - Conjugue/Companheiro (a).

Nº	Nome dos dependentes	Parentesco	Nº do Boletim que reconheceu a dependência
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			

(Localidade/Data)

VISTO

Comandante da OM

Chefe do Órgão de Pessoal

Anexo L – Notificação Extrajudicial de Débito

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DÉBITO

1. O (A) Prefeito (a) de Aeronáutica de _____ vem pela presente notificar, administrativamente, _____, ocupante de Próprio Nacional Residencial localizado na _____, de que consta, nesta Prefeitura, débito contra ele, no valor de _____, referente à aplicação de multa por ocupação irregular de PNR, nos termos da alínea “e”, do inciso I, do art. 15 da Lei 8.025/90, relativa aos meses de _____, por ter infringido o prazo previsto no item __ da ICA 19-5, aprovada pela Portaria no ____ /GC6, de ____ de _____ de ____.

2. Informo, ainda, que o pagamento deverá ser efetuado, até o dia __/__/__, na sede da Prefeitura de Aeronáutica, localizada na _____.

3. Caso o pagamento não seja efetuado até a data acima referida, os respectivos valores serão inscritos na Dívida Ativa da União.

(Localidade/Data)

Prefeito de Aeronáutica

CIENTE:

Permissionário (a)

Anexo M – Notificação Extrajudicial**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE****NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

1. O Prefeito de Aeronáutica de _____ vem pela presente notificar, administrativamente, _____, ocupante de Próprio Nacional Residencial localizado na _____, de que, a contar de ____/____/____, passará à situação de ocupante irregular de PNR, uma vez que expirará, naquela data, o prazo de ____ dias que lhe foi concedido para desocupação do referido imóvel, infringindo, desta forma, a regulamentação estabelecida no item ____ da ICA 19-5, de _____ de _____ de _____.

2 Tal fato acarretará a aplicação da multa prevista na letra “e”, do inciso I, do art. 15, da Lei nº 8.025/90, além das medidas judiciais necessárias à reintegração de posse do referido imóvel.

(Localidade/Data)

Prefeito de Aeronáutica

CIENTE:

Permissionário (a)

Anexo N – Guia de Recolhimento de Numerário

GUIA DE RECOLHIMENTO DE NUMERÁRIO

CONFERIDO	COMANDO DA AERONÁUTICA	
	Unidade: Prefeitura de Aeronáutica de _____	
	GUIA DE REMESSA DE NUMERÁRIO _____ / _____ / _____ (Nº) (Sigla do Setor) (Ano)	
	UG: _____	GESTÃO: _____
ESPECIFICAÇÃO		VALORES
S O M A		
LOCAL E DATA		LOCAL E DATA
_____ RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO Nome/Posto		_____ GESTOR DE FINANÇAS Nome/Posto

Anexo O – Demonstrativo de Débito para Inscrição em Dívida Ativa da União

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO PARA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**COMANDO DA AERONÁUTICA**

ÓRGÃO/UNIDADE DE ORIGEM:	DATA: / /
DÍVIDA: NÃO TRIBUTÁRIA - MULTA POR OCUPAÇÃO IRREGULAR DE PNR	
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°:	

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO

NOME DO DEVEDOR:
CPF:
ATIVIDADE:
ENDEREÇO:

IDENTIFICAÇÃO DOS CO-RESPONSÁVEIS

NOME/RESPONSABILIDADE/ATIVIDADE:
CPF:
ENDEREÇO:

DADOS RELATIVOS AO DÉBITO

FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO:	
FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO DÉBITO:	
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	
NOTIFICAÇÃO N°:	DATA: / /

DISCRIMINAÇÃO DO DÉBITO

<i>PA/EX/ANO CALENDÁRIO</i>	<i>DATA DE VENCIMENTO</i>	<i>TERMO INICIAL ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA</i>	<i>TERMO INICIAL JUROS DE MORA</i>	<i>VALOR DA MULTA EM R\$</i>

OBSERVAÇÃO:

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	CHEFE DE DIVISÃO/SETOR
Telefone:	Telefone:

ÍNDICE

- Ação de reintegração de posse**, 8
- Adequação de PNR**, 5.3
- Administração de conjunto habitacional e de condomínio**
 - administração de condomínio, 12.3
 - administração direta, 12.1
 - conceito, 1.2.1
- Administrador**
 - competência, 12.1.2
 - conceito, 1.2.2
- Âmbito**, 1.3
- Área de uso comum**
 - conceito, 1.2.3
- Associação de permissionários**, 3.3.1, 12.2, 14.2
 - conceito, 1.2.4
- Aviso de recebimento**, 8.2, 10.5
 - conceito, 1.2.5
- Classificação de PNR**, 2.2.1
 - competência, 2.3
 - quanto à categoria, 2.2.2
 - quanto a natureza, 2.1.1
- Comunicado de rescisão**, 5.12.1, 7.1.3, 7.2, 7.3, Anexo “G”
 - conceito, 1.2.6
- Conceituação**, 1.2
- Condições de uso de PNR**, 3
- Condomínio habitacional**
 - conceito, 1.2.8
- Conjunto habitacional**
 - conceito, 1.2.7
- Conselho fiscal**, 12.2.6
 - conceito, 1.2.9
- Demonstrativo de débito para inscrição em dívida ativa da união**, Anexo “O”
- Descontos**, 5.8
- Despesas comuns**
 - conceito, 1.2.10
- Despesas individuais do permissionário**
 - conceito, 1.2.11
- Destacamentos**, 13
 - destacamentos de aeronáutica, 13.2
 - destacamentos do sistema de proteção ao vôo, 13.1
- Destinação**, 2.1
- Direitos e deveres do permissionário**, 6
- Disponibilidade de PNR**, 5.1
- Disposições finais**, 16
- Disposições gerais**, 14
- Disposições transitórias**, 15
- Distribuição e ocupação**, 5
- Extrato de termo de permissão de uso**, Anexo “F”
- Finalidade**, 1.1

Guia de moradia

conceito, 1.2.12

Guia de moradia, Anexo “J”**Guia de recolhimento de numerário, Anexo “N”****Indenização**

conceito, 1.2.13

Indenizações destinação da receita, 11**Inscrição na dívida ativa da união, 10****Inscrição, 4**

cancelamento de inscrição, 4.11

círculos diferentes, 4.5

critérios, 4.1

dependentes, 4.9

devolução compulsória, 4.10

múltipla inscrição, 4.6

opção pelo tipo do imóvel, 4.8

permuta entre candidatos, 4.12

prioridades, 4.3

procedimentos, 4.2

promovidos, 4.4

publicação, 4.13

relações dos inscritos, 4.7

solicitação de inscrição, Anexo “A”

Mudança de PNR, 5.11**Multa por ocupação irregular**

destinação da receita, 11

conceito, 1.2.14

ocupação irregular, 9

Notificação de aceitação, 5.4**Notificação extrajudicial**

conceito, 1.2.15

Notificação extrajudicial de débito, Anexo “L”**Notificação extrajudicial, Anexo “M”****Ocupação de PNR, 5.5**

situações de ocupação de PNR, 3.2

Ocupação irregular de PNR

conceito, 1.2.17

multa por ocupação irregular, 1.2.14, 9

Ocupação regular de PNR

conceito, 1.2.16

Oficiais- alunos, 5.9**Organização militar responsável**

conceito, 1.2.18

Pensionista de servidor civil, 3.3.1, 3.3.2, 14.1**Período concessivo**

conceito, 1.2.19

Período de mudança ou de ocupação excepcional, 5.13**Permissão de uso**

conceito, 1.2.20

Permissão de uso a título (caráter) excepcional e precário, 5.12, Anexo “I”

conceito, 1.2.21

Permissionários

conceito, 1.2.22

deveres, 6.2

direitos, 6.1

proibições, 6.3

Permuta de PNR, 5.10

PNR, up Próprio Nacional Residencial

Prefeitura

conceito, 1.2.23

Presidente de associação de permissionários

competência, 12.2.27

conceito, 1.2.24

Proibições aos permissionários, 6.3

Próprio nacional residencial, ver tb PNR

conceito, 1.2.25

Publicação do Termo de Permissão de uso, 5.7

Receitas

da taxa de uso, 11

das indenizações, 11

de multas, 11

Referências, p. 50

Relação de material distribuído, Anexo “C”

Requerimento para uso excepcional e precário, Anexo “H”

Rescisão do termo de permissão de uso e desocupação do PNR, 7

Servidor civil, 1.2.21, 3.3.1, 3.3.2, 9.5, 9.6, 14.1

Solicitação de inscrição, Anexo “A”

Solicitação de serviço, Anexo “E”

Taxa de uso

conceito, 1.2.26

valores da taxa de uso e administração, 3.3

cobrança da taxa de uso e da indenização, 3.3.4

Termo de permissão de uso, Anexo “D”

Termo de Permissão de uso, ver TPU

Termo de verificação de imóvel, Anexo “B”

TPU, up Termo de Permissão de Uso

comunicado de rescisão, 7.2

conceito, 1.2.27

datas de referência, 7.4

desocupação do PNR, 7.3

devolução, 7.8

permissão de uso a título excepcional e precário, 7.10

prazos para devolução, 7.9

providências administrativas para desocupação, 7.12

publicação da desocupação, 7.6

rescisão do termo, 7.1

separação de casal, 7.11

suspensão dos descontos, 7.7

vistoria, 7.5

Vice-presidente da associação de permissionários
competência, 12.2.8
Vistoria, 5.6



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 47/GC6, 15 DE JANEIRO DE 2004.

**Aprova a primeira modificação da ICA 19-5
“Instrução para Administração de Próprios
Nacionais Residenciais da Aeronáutica.**

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 63 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e no inciso VI, do art. 30, da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, aprovada pelo Decreto nº 3.466, de 17 de maio de 2000, e considerando o que consta do Processo nº 04-01/1042/03, resolve:

Art. 1º Aprovar a primeira modificação da ICA 19-5 “Instrução para Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Ten.-Brig.-do-Ar LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO
Comandante da Aeronáutica**

Organização

ADMINISTRAÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS DA AERONÁUTICA

A ICA 19-5, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003, é assim modificada:

1 SUBSTITUIÇÃO DE PÁGINAS:

RETIRE	ANO	COLOQUE	ANO
Pág 30	2003	Pág 30	2004

2 CORREÇÃO

PÁGINA	ITEM	ALÍNEA
30	6.2.8 (alteração)	

3 ARQUIVO

Depois de efetuar as substituições, archive esta folha após a página de rosto da publicação original.

4 APROVAÇÃO

Portaria nº 47/GC6, de 15 de janeiro de 2004.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 1.331/GC6, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2005.

Aprova a segunda modificação da ICA 19-5
“Instrução para Administração de Próprios
Nacionais Residenciais da Aeronáutica”

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 5.196 de 26 de agosto de 2004, tendo em vista o disposto no inciso VI do art. 30, da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, aprovada pelo Decreto nº 3.466, de 17 de maio de 2000, e considerando o que consta do Processo nº 04-01/1185/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a segunda modificação da ICA 19-5 “Instrução para Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO
Comandante da Aeronáutica

Organização

ADMINISTRAÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS DA AERONÁUTICA

A ICA 19-5, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003, é assim modificada:

1 SUBSTITUIÇÃO DE PÁGINAS:

RETIRE	ANO	COLOQUE	ANO
Pág 14	2003	Pág 14	2005
Pág 15	2003	Pág 15	2005
Pág 25	2003	Pág 25	2005
Pág 26	2003	Pág 26	2005
Pág 31	2003	Pág 31	2005
Pág 45	2003	Pág 45	2005

2 CORREÇÃO

PÁGINA	ITEM	ALÍNEA
14	3.3.1 (alteração)	
14	3.3.1	a (alteração)
14	3.3.1	b (alteração)
14	3.3.1	d (alteração)
14	3.3.2 (inclusão)	
14	3.3.2 (renumeração)	
14	3.3.3 (renumeração)	
15	3.3.4 (renumeração)	
15	3.3.5 (renumeração)	
25	5.12.3 (inclusão)	
26	5.12.3.1 (inclusão)	
31	6.2.13 (exclusão)	
31	6.2.14 (exclusão)	
45	11.3	a (alteração)

3 ARQUIVO

Depois de efetuar as substituições, arquive esta folha após a página de rosto da publicação original.

4 APROVAÇÃO

Portaria nº 1.331/GC6, de 14 de novembro de 2005.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 106/GC6, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2009.

Aprova a 3ª modificação da ICA 19-5
“Administração de Próprios Nacionais
Residenciais da Aeronáutica”.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 5.196, de 26 de agosto de 2004, e considerando o que consta do Processo nº 67424.003457/2008-21, resolve:

Art. 1º Aprovar a 3ª modificação da “ICA 19-5 “Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003, publicada no BCA nº 84, de 7 de maio de 2003.

Art. 2º A vigência desta Portaria retroage a 1º de janeiro de 2009.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO
Comandante da Aeronáutica

Organização

ADMINISTRAÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS DA AERONÁUTICA

A ICA 19-5, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003, é assim modificada:

1 SUBSTITUIÇÃO DE PÁGINAS:

RETIRE	ANO	COLOQUE	ANO
Pág 15	2005	Pág 15	2009
Pág 16	2005	Pág 16	2009
Pág 17	2005	Pág 17	2009

2 CORREÇÃO

PÁGINA	ITEM	ALÍNEA
Pág 15	3.3.1	-
Pág 15	3.3.1	a (alteração)
Pág 15	3.3.1	b (alteração)
Pág 15	3.3.1	c (alteração)
Pág 15	3.3.1	d (alteração)
Pág 15	3.3.1	e (alteração)
Pág 15	3.3.1	f (inclusão)
Pág 16	3.3.1	f (inclusão)
Pág 16	3.3.2	-
Pág 16	3.3.2	a (alteração)
Pág 16	3.3.2	b (alteração)
Pág 16	3.3.2	c (alteração)
Pág 16	3.3.2	d (inclusão)
Pág 16	3.3.2	e (inclusão)
Pág 16	3.3.2	f (inclusão)
Pág 17	3.3.2	f (inclusão)

3 ARQUIVO

Depois de efetuar as substituições, archive esta folha após a página de rosto da publicação original.

4 APROVAÇÃO

Portaria nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 163/GC6, DE 18 DE MARÇO DE 2010.

Aprova a 4ª modificação da ICA 19-5
“Administração de Próprios Nacionais
Residenciais da Aeronáutica”.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no Inciso XIV do Art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67050.000987/2010-28, resolve:

Art. 1º Aprovar a 4ª modificação da ICA 19-5 “Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 82, de 30 de abril de 2003, Seção 1, página 19, e no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 84, de 7 de maio de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO
Comandante da Aeronáutica

Organização

ADMINISTRAÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS DA AERONÁUTICA

A ICA 19-5, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003, é assim modificada:

1 SUBSTITUIÇÃO DE PÁGINAS:

RETIRE	ANO	COLOQUE	ANO
Pág 18	2009	Pág 18	2010
Pág 19	2009	Pág 19	2010
Pág 20	2009	Pág 20	2010
Pág 23	2009	Pág 23	2010
Pág 26	2009	Pág 26	2010

2 CORREÇÃO

PÁGINA	ITEM	ALÍNEA
Pág 18	4.2.2 (alteração)	
Pág 18	4.2.5 (alteração)	
Pág 18	4.3.1	-
Pág 19	4.3.1	a (alteração)
Pág 19	4.3.1	b (alteração)
Pág 19	4.3.1	c (alteração)
Pág 19	4.3.1	d (alteração)
Pág 19	4.3.1	e (exclusão)
Pág 19	4.3.1	f (exclusão)
Pág 19	4.3.1	g (exclusão)
Pág 19	4.3.1	h (exclusão)
Pág 19	4.3.2 (alteração)	-
Pág 19	4.3.3 (alteração)	-
Pág 19	4.3.4 (alteração)	-
Pág 19	4.3.5 (inclusão)	-
Pág 19	4.4.3 (alteração)	-
Pág 20	4.4.3.1 (exclusão)	-
Pág 20	4.4.4 (inclusão)	-
Pág 20	4.4.5 (inclusão)	-
Pág 23	5.1	-
Pág 23	5.1	c (inclusão)
Pág 23	5.5 (alteração)	-
Pág 26	6.2.1	-
Pág 26	6.2.1	c (alteração)

3 ARQUIVO

Depois de efetuar as substituições, archive esta folha após a página de rosto da publicação original.

4 APROVAÇÃO

Portaria nº 163/GC6, de 18 de março de 2010.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 704/GC6, DE 21 DE OUTUBRO DE 2010.

Aprova a 5ª modificação da ICA 19-5
“Administração de Próprios Nacionais
Residenciais da Aeronáutica”.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no Inciso XIV do Art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar a 5ª modificação da ICA 19-5 “Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 82, de 30 de abril de 2003, Seção 1, página 19, e no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 84, de 7 de maio de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO
Comandante da Aeronáutica

ICA 19-5/2003

Organização

ADMINISTRAÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS DA AERONÁUTICA

A ICA 19-5, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003, é assim modificada:

1 SUBSTITUIÇÃO DE PÁGINAS:

RETIRE	ANO	COLOQUE	ANO
Pág 19	2010	Pág 19	2010
Pág 20	2010	Pág 20	2010
Pág 21	2010	Pág 21	2010
Pág 22	2010	Pág 22	2010
Pág 24	2010	Pág 24	2010
Pág 25	2010	Pág 25	2010

2 CORREÇÃO

PÁGINA	ITEM	ALÍNEA
Pág 19	4.4 (alteração)	-
Pág 19	4.4.1 (alteração)	-
Pág 20	4.4.2 (alteração)	-
Pág 20	4.4.3 (alteração)	-
Pág 20	4.4.3	a (inclusão)
Pág 20	4.4.3.1 (inclusão)	-
Pág 20	4.4.3.1	a (inclusão)
Pág 20	4.4.3.1	b (inclusão)
Pág 20	4.4.3.1	c (inclusão)
Pág 20	4.4.3.2 (inclusão)	-
Pág 24	5.11.1 (alteração)	-

3 ARQUIVO

Depois de efetuar as substituições, arquive esta folha após a página de rosto da publicação original.

4 APROVAÇÃO

Portaria nº 704/GC6, de 21 de outubro de 2010.